

ALTERNATIVAS AO CRESCIMENTO ECONÔMICO SEM LIMITES E AS PROPOSIÇÕES DO PÓS-DESENVOLVIMENTO

<https://doi.org/10.4215/rm2025.e24019>

Marques, N.R. ^{a*} - Nascimento, E.P. ^b

(a) Mestra em Turismo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6255-3845>. **LATTES:** <http://lattes.cnpq.br/0249421325300168>.

(b) Doutor em Sociologia

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8514-2117>. **LATTES:** <http://lattes.cnpq.br/5290901839648752>.

Article history:

Received 04 October, 2024

Accepted 31 May, 2025

Published 10 September, 2025

(*) CORRESPONDING AUTHOR

Address: UnB. Campus Universitário Darcy Ribeiro, Gleba A, SHCN, Asa Norte, CEP: 70904-970, Brasília (DF), Brasil. Tel: (+55 61) 98153-3173

E-mail: nayararmarques@gmail.com

Resumo

O modelo econômico intensivo em carbono encontrou forte questionamento nos anos 1970-1980, levando à disseminação da ideia do desenvolvimento sustentável após os anos 1990 que, por sua vez, entrou em questionamento nessas últimas décadas. Nesse contexto, emergiu o Pós-desenvolvimento, formado por movimentos culturais com um conjunto de proposições e iniciativas distintos, que visam criar alternativas ao modelo de crescimento econômico ilimitado. Mais recentemente, duas frentes pós-desenvolvimentistas ganharam maior visibilidade: o Decrescimento e o Bem Viver. Assim, este artigo visa identificar, mapear e analisar as proposições e práticas de transição provenientes dos movimentos pós-desenvolvimentistas. Para isso, foi realizada revisão integrativa de 45 artigos acadêmicos revisados por pares, seguida de análise e síntese temática. Assim, 415 proposições foram identificadas e classificadas em 13 temas e 53 categorias. Dentre as características das proposições analisadas, nota-se que parte delas é compatível com o desenvolvimento sustentável ou com o modelo de uso intensivo de carbono. Essa variedade de temáticas, categorias e proposições reflete a diversidade e as contradições dos movimentos pós-desenvolvimentistas, que apresentam múltiplas iniciativas transformadoras em diferentes territórios. O mapeamento realizado contribui para dar visibilidade e compreender as interfaces entre as propostas do Pós-desenvolvimento, possibilitando compreender os caminhos para a criação e implementação de iniciativas pluriversais.

Palavras-chave: Pós-desenvolvimento; Decrescimento; Bem Viver; Sustentabilidade; Alternativas econômicas.

Abstract / Resumen

ALTERNATIVES TO UNLIMITED ECONOMIC GROWTH AND THE POST-DEVELOPMENT PROPOSITIONS

The carbon-intensive economic model faced significant questioning in the 1970s and 1980s, leading to the dissemination of the idea of sustainable development after the 1990s. However, this concept has also been subject to scrutiny in recent decades. In this context, Post-development has emerged from cultural movements with a set of distinct proposals and initiatives that aim to create alternatives to the model of unlimited economic growth. More recently, two post-developmental movements have gained greater visibility: Degrowth and Buen Vivir. This article aims to identify, map, and analyze transitional proposals and practices from post-developmental movements. To this end, an integrative review of 45 peer-reviewed academic articles was conducted, followed by a thematic analysis and synthesis of the findings. As a result, 415 proposals were identified and classified into 13 themes and 53 categories. Among the characteristics of the analyzed proposals, it is noted that some are compatible with sustainable development, while others are compatible with the carbon-intensive model. This variety of themes, categories, and proposals reflects the diversity and contradictions within post-development movements, which present multiple transformative initiatives in different territories. The mapping conducted enhances visibility and understanding of the interfaces between Post-development proposals, enabling comprehension of pathways for creating and implementing pluriversal initiatives.

Keywords: Post-development; Degrowth; Good Living; Sustainability; Economic alternatives.

ALTERNATIVAS AL CRECIMIENTO ECONÓMICO ILIMITADO Y LAS PROPUESTAS DEL POSDESARROLLO

El modelo económico intensivo en carbono fue objeto de un fuerte cuestionamiento en las décadas de 1970-1980, lo que llevó a la difusión de la idea del desarrollo sostenible después de los años 1990, el cual, a su vez, ha sido cuestionado en las últimas décadas. Como resultado, surgió el Posdesarrollo, un conjunto de proposiciones e iniciativas distintas que buscan alternativas al modelo de crecimiento económico ilimitado. Recientemente, dos frentes post-desarrollistas han ganado mayor visibilidad: el Decrecimiento y el Buen Vivir. En este contexto, este artículo tiene como objetivo identificar, mapear y analizar las proposiciones y prácticas de transición provenientes de los movimientos del Posdesarrollo. Por eso, se realizó una revisión integrativa de 45 artículos académicos revisados por pares, seguida de una síntesis temática. Así, se identificaron y clasificaron 415 proposiciones en 13 temas y 53 categorías. Entre las características de las proposiciones analizadas, se observa que parte de ellas es compatible con el desarrollo sostenible o con el modelo de uso intensivo de carbono. Esta diversidad de temas, categorías y proposiciones refleja el alcance y contradicciones del movimiento post-desarrollista, que presenta múltiples iniciativas transformadoras que se están estudiando e implementando en todo el planeta. El análisis realizado contribuye con la visibilidad y con la comprensión de las interfaces entre las propuestas del Posdesarrollo, lo que puede permitir entender los caminos para la creación e implementación de iniciativas pluriversales.

Palabras-clave: Posdesarrollo; Decrecimiento; Buen Vivir; Sostenibilidad; Alternativas Económicas.

INTRODUÇÃO

O recente agravamento da crise ambiental parece evidenciar as limitações da lógica do crescimento econômico sem limites, intensivo em carbono, e do próprio desenvolvimento sustentável, já que este contém a noção de crescimento econômico em suas propostas, como explicitam os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Vide o 8º – Trabalho decente e crescimento econômico (LATOUCHE, 2009; MARTINE; ALVES, 2015; THEYS & GUIMONT, 2019; ROCKSTRÖM et al., 2023; ONU, 2024).

Para alguns autores, essa adjetivação de “sustentável” na noção de desenvolvimento representa um paradigma instrumentalista (CAMPAGNA; GUEVARA; LE BOEUF, 2017), mostrando-se um oxímoro (LATOUCHE, 2009; REDCLIFT, 2005). Ou, ainda, representa um trilema, considerando a dificuldade em se “conciliar crescimento econômico, bem-estar social e sustentabilidade ambiental” (MARTINE; ALVES, 2015, p. 434).

Esse cenário tem fomentado debates sobre alternativas ao modelo econômico vigente, que é intensivo em carbono, ameaça os limites planetários seguros e justos (ROCKSTRÖM et al., 2023), e frequentemente prioriza o lucro em detrimento da natureza e da qualidade de vida das populações locais. Esses debates têm impulsionado a busca por meios de transformações reais ou, ao menos, soluções amenizadoras, sendo debatidas e construídas a partir de diferentes perspectivas, que vão desde tecnicistas e antropocentristas até ecocentristas. Isso constitui o Pós-desenvolvimento. Nas diferentes pesquisas e publicações que tratam dos movimentos que o compõem, em suas díspares vertentes, é possível identificar inúmeros exemplos de proposições e práticas para a transformação do modelo econômico vigente e respectivos estilos de vida (LATOUCHE, 2009; GEORGESCU-ROEGEN, 2013; ESCOBAR, 2021; HICKEL et al., 2022; KOTHARI et al., 2019; ZIAI, 2007; GUDYNAS, 2011; GIBSON-GRAHAM, 2005; ESCOBAR, 2005, 2007; ACOSTA, 2016).

Visando contribuir com o ideal coletivo de “um mundo ecologicamente sábio e socialmente justo” (KOTHARI et al., 2021, p. 28), a recente obra *Pluriverso: dicionário do pós-desenvolvimento*, organizada por Kothari, Salleh, Escobar, Demaria e Acosta, apresenta um compilado de alternativas transformadoras ligadas ao Pós-desenvolvimento. Essas iniciativas englobam o Decrescimento e o Bem Viver, além de outros movimentos como Ubuntu, Ecofeminismo, Felicidade Interna Bruta, Ecologia profunda, Convivialismo, Ecovilas, Moedas alternativas, Movimento Slow, entre muitos outros.

As proposições pós-desenvolvimentistas estão sendo mapeadas e analisadas em vários estudos de casos e territórios, tanto do Norte (FOUKSMAN & KLEIN, 2019; TZEKOU & GRITZAS, 2023; KAUL et al., 2022; e FITZPATRICK et al., 2022) quanto do Sul global (MARTINS, 2014; Gervazio et al., 2023; Leão et al., 2016; Montero et al., 2019; Nirmal & Rocheleau, 2019; Sánchez & Moscoso, 2017; Santos et al., 2017; Vargas, Zuñiga e Alcantara, 2020; Piaia & Wedig, 2022; Schöneberg, 2015; Gerber & Raina, 2018; Soto, 2019). Escobar (2015, p. 15) destaca que há múltiplas narrativas de transição, as quais articulam “veritable cultural and ecological transitions to different societal models, going beyond strategies that offer anthropocene conditions as solutions”. Mapear essas narrativas é fundamental, especialmente para os estudos pluriversais.

Nesse contexto, diferentes autores (KOTHARI et al., 2021) afirmam que é preciso desconstruir a noção de crescimento econômico hegemônica e dar visibilidade à pluralidade de teorias e práticas ligadas ao movimento do Pós-desenvolvimento. Diante da crescente crise ecológica e emergência climática, com repercussões negativas sobre as vidas humanas e não-humanas, essas discussões representam um “farol de esperança”, segundo Escobar (2015, p. 461).

Considerando esse panorama, quais são as principais proposições e práticas de transição provenientes do movimento pós-desenvolvimentista? Em busca dessa resposta, este artigo visa identificar e analisar as proposições e práticas de transição provenientes do movimento do Pós-desenvolvimento. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica, a partir da literatura pós-desenvolvimentista, com foco nos movimentos do Decrescimento e, sobretudo, do Bem Viver.

É importante lembrar a etimologia da palavra proposição originada do verbo *proponere*, do latim *proponere*, que significa “colocar à frente”. A partir de uma perspectiva da filosofia, uma proposição exprime “uma representação de possibilidade de um mundo possível, uma afiguração de um estado de coisas possíveis” (RODRIGUES, 2010, p. 157). Em tempos de múltiplas crises (ecológica, política,

social, de valores etc.), conforme Morin e Kern (2003), busca-se identificar mundos possíveis, inclusive aqueles historicamente silenciados ou considerados impossíveis devido a suas origens: mundos pluriversais ou diversos (KILOMBA, 2019; KOTHARI et al., 2021; SANTOS, 2023). Essas crises ou policrise têm suas bases na característica maior da contemporaneidade, a velocidade das mudanças tecnológicas e sociais (KURZWEIL, 2024; LOPES-PORTILLO ROMANO, 2018). Rapidez que abre um futuro de agudas incertezas (BUCCI, 2023; HARARI, 2024), causando apreensão, ansiedade e, sobretudo, insatisfação e desinformação em diversos segmentos sociais (DA EMPOLI, 2020). Em última análise, o fundamento da policrise reside na transição que o mundo conhece entre um modelo econômico intensivo em carbono, socialmente excludente e ambientalmente irresponsável e um modelo baseado em energia renovável, socialmente incluyente e ambientalmente responsável. Transição que ocorre em meio a fortes tensões e embates.

MOVIMENTOS DO PÓS-DESENVOLVIMENTO: BEM VIVER E DECRESCIMENTO

Para compreender o que é o Pós-desenvolvimento, é preciso entender, inicialmente, a polissêmica noção de desenvolvimento. Com origem eurocentrista e disseminada após a 2ª Guerra Mundial no discurso do Presidente Truman, o desenvolvimento passou a significar uma modificação contínua e linear para construção da ordem a partir das desordens sociais (COWEN & SHENTON, 2005; ACOSTA, 2016). Contudo, no modelo econômico vigente, em geral, limita-se ou prioriza a dimensão econômica, com a lógica do crescimento contínuo e infinito, ainda que o desenvolvimento seja adjetivado como sustentável (BRUNDTLAND, 1987; DU PISANI, 2006), como liberdade (SEN, 2010) e humano (PNUD, 1990). No entanto, o objetivo deste artigo não é a análise desse histórico e seus conceitos, algo já disponível na literatura (ESCOBAR, 2005, 2007; COWEN & SHENTON, 2005; SEN, 2010; ZIAI, 2007; KOTHARI et al., 2021; FERREIRA & RAPOSO, 2017; AMARO, 2017) mas, a partir da constatação de sua aparente falência, levantar as alternativas que estão sendo elaboradas ou praticadas.

Das críticas ao desenvolvimento, em seus diversos formatos, nasceu o Pós-desenvolvimento, uma noção “guarda-chuva”, ainda no século XX. Ela abrange iniciativas transformadoras, movimentos e perspectivas distintas, e até divergentes, que buscam ou inspiram alternativas ao modelo de desenvolvimento vigente desde o século XIX, baseado no crescimento econômico ilimitado. Kothari et al. (2021) listaram mais de oitenta iniciativas que exemplificam esses caminhos pluriversais, a maioria iniciativas de natureza locais ou regionais. São exemplos mais notórios o Decrescimento (DEMARIA et al., 2013; LATOUCHE, 2009; KALLIS, 2011) e o Bem Viver (GUDYNAS, 2011; ACOSTA, 2015, 2016). O desafio, entre outros, é como operacionalizar e disseminar as proposições e as práticas locais sem perder a lógica da pluriversalidade.

A pluriversalidade permite que as diferenças coexistam pacificamente, e se contrapõe à lógica dominante, que é universalizante e excludente (Kothari et al., 2021). Ao invés de um único mundo globalizado e homogeneizado, no “pluriverso” busca-se uma confluência de alternativas,

um mundo onde caibam muitos mundos, como dizem os zapatistas de Chiapas. Os mundos de todas as pessoas devem coexistir com dignidade e paz, sem depreciação, exploração ou miséria. Um mundo pluriversal supera atitudes patriarcais, racismo, castaísmo e outras formas de discriminação. Nele, as pessoas reaprendem o que significa ser uma parte humilde da “Natureza”, deixando para trás noções antropocêntricas estreitas de progresso baseadas no crescimento econômico (Kothari et al., 2021, p. 43).

Rigorosamente, o Pós-desenvolvimento não é antidesenvolvimento, mas uma proposta de desconstruir o processo de desenvolvimento-crescimento, como princípio central na organização da vida social (ESCOBAR, 2007). Reconhece-se que esse processo, embora tenha proporcionado melhorias de vida para parte da humanidade, também gera desigualdades, violências e discriminações — simbólicas e físicas (GIBSON-GRAHAM, 2005). Escobar (2005) sustenta que o Pós-desenvolvimento se caracteriza por: revalorizar as culturas tradicionais; confiar nos saberes tradicionais frente à especialização do conhecimento; construir mundos mais humanos, além de cultural e ecologicamente sustentáveis; e

considerar os movimentos sociais/populares como a base para avançar para uma nova sociedade (ESCOBAR, 2007).

O Bem Viver está vinculado às cosmovisões e filosofias latino-americanas e dos povos originários no Sul global, especialmente os andinos. Sua visão de mundo fundamenta-se no valor intrínseco dos seres não-humanos, na pluralidade, na coletividade e na melhoria da qualidade de vida de todos os seres vivos, contrastando com o crescimento contínuo individualista (ACOSTA, 2016; ALCANTARA; SAMPAIO, 2017; KOTHARI et al., 2021). Há três correntes principais nos movimentos pelo Bem Viver: (i) indigenista/pachamamista; (ii) socialista/estadista e; (iii) pós-desenvolvimentista/ecologista. A primeira e a terceira são mais ligadas à defesa dos territórios e a segunda, mais ligada à ascensão do Bem Viver às políticas públicas de determinados países (HIDALGO-CAPITÁN; ARIAS; ÁVILA, 2014; ALCANTARA & ZUÑIGA, 2021).

Dentre as propostas do Bem Viver, Acosta (2015; 2016) aponta para uma visão de mundo diferente da ocidental, pois emerge de raízes comunitárias não capitalistas, descentralizadas, que visam superar o racismo, o patriarcado e o machismo, além de propor, por exemplo: a promulgação dos Direitos da Natureza, sistemas econômicos solidários, a superação do consumismo e do produtivismo e a redução do tempo de trabalho.

O Decrescimento, por sua vez, está mais relacionado às sociedades do Norte global. Ele propõe o abandono da meta de crescimento ilimitado, a redução da pegada material e adota postura política crítica ao paradigma desenvolvimentista. Propõe sociedades diferentes, mais democráticas, onde se vive, trabalha e consome com justiça social (DEMARIA et al., 2013; LATOUCHE, 2009; FITZPATRICK et al., 2022; NASCIMENTO & TASSO, 2019). Georgescu-Roegen (2012), nas origens do Decrescimento (anos 1970), apresentou oito propostas que abordam a redução das desigualdades, a diminuição do consumo dispensável, o fim da obsolescência programada e da produção de itens supérfluos, além da valorização do tempo para o lazer, família e amigos.

Avançando nessas ideias, Latouche (2009, p. 42) propôs um “círculo virtuoso” de oito ações interdependentes, “capazes de desencadear um processo de decrescimento sereno”: reavaliar (valores), reconceituar (o olhar sobre o mundo), reestruturar (os sistemas de produção e as relações sociais em função dos valores após a reavaliação), redistribuir (as riquezas), relocar (produzir localmente, priorizando empresas locais), reduzir (o consumo excessivo e o desperdício), reutilizar (evitar usos únicos, combatendo a obsolescência programada) e reciclar (resíduos). O autor também apontou proposições centrais mais concretas, por exemplo: integrar os danos gerados pelo transporte nos seus custos; restaurar a agricultura camponesa (local, sazonal, natural e tradicional); transformar os ganhos de produtividade em redução do tempo de trabalho e criação de empregos, aumentando o lazer; impulsionar os bens relacionais (ex.: tempo para amizade e conhecimento); reduzir o desperdício de energia; taxar as despesas com publicidade (LATOUCHE, 2009).

No próximo tópico, o método adotado na análise das proposições pós-desenvolvimentistas será apresentado, seguido dos resultados de sua aplicação.

PERCURSO METODOLÓGICO

Para alcançar o objetivo geral, adotou-se um método quanti-qualitativo, exploratório e descritivo, com análise de fontes secundárias sobre o Pós-desenvolvimento (CRESWELL, 2007; MARCONI & LAKATOS, 2003). Para isso, foi realizada uma revisão integrativa de literatura (RIL), que se diferencia das revisões tradicionais por ser uma forma de pesquisa que pode gerar novos conhecimentos sobre o tema, ao sintetizar e criticar a literatura representativa sobre o tópico previamente definido (TORRACO, 2016). Neste caso, o tema engloba as proposições do Pós-desenvolvimento, com ênfase naquelas referenciadas ao Bem Viver e ao Decrescimento.

Com base na pergunta norteadora desta pesquisa (Quais são as proposições de transição provenientes do movimento do Pós-desenvolvimento?), adota-se uma estrutura temática/conceitual de revisão integrativa (ibid.), em que as palavras-chave para a revisão foram: "post development" + propos*; postdevelopment + propos*; "pós-desenvolvimento"; "buen vivir" + propuestas/proposiciones; "good living" + propos*; e "bem viver" + propos*. As bases consultadas foram a plataforma de periódicos CAPES, e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Vale destacar que

as proposições relacionadas ao Decrescimento não foram pesquisadas entre as palavras-chave porque há uma recente e atual revisão sistemática sobre o tema, publicada por Fitzpatrick et al. (2022), que foi uma das inspirações para este artigo.

A fase seguinte foi a seleção dos artigos a serem analisados por completo, a partir da análise dos seus títulos e resumos. Os critérios definidos para a seleção e revisão integrativa foram: publicações revisadas por pares nos idiomas português, inglês ou espanhol, que apresentassem proposições ou práticas ligadas ao movimento do Pós-desenvolvimento. Nos periódicos consultados, foram inicialmente identificados 481 artigos. Após a exclusão dos artigos que não atendiam aos critérios de seleção citados, dos duplicados e dos que não estavam diretamente relacionados ao tema da análise, foram selecionados 45, reunindo mais de 70 autores e autoras.

Em seguida, o conteúdo completo desses 45 textos foi analisado. Além da análise crítica (TORRACO, 2016), foram compiladas e classificadas as informações sobre: título; autores; ano e local de publicação; proposições identificadas (síntese e quantidade total); se continha estudo de caso ou não (quando positivo, qual a sua localização) e o link para acesso à publicação completa. A identificação da análise de estudos de caso é relevante, pois ela contribui para atribuir materialidade às proposições. Os casos possibilitam gerar “insights teóricos que se transferem a outras épocas e lugares” (BARTLETT & VAVRUS, 2017, p. 905).

Foram revisados artigos publicados entre 2010 e 2023, conforme o Gráfico 1 (abaixo). Observa-se que a maior parte dos artigos selecionados são de 2017 em diante, com destaque para os anos de 2019 (22% do material analisado), 2021 (13%) e 2022 (13%).

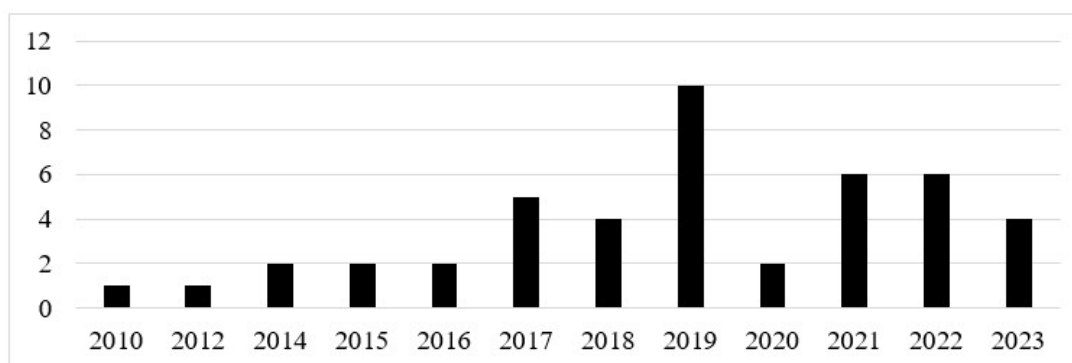


Gráfico 1 - Quantidade de publicações identificadas em cada ano. Fonte: os autores, 2024.

Constata-se uma diversidade de revistas publicando sobre o tema, no total de 41 veículos diferentes. Dentre essas revistas, apenas três se destacaram por conterem mais de um artigo: a *Ecological Economics* (ligado à *International Society for Ecological Economics – ISEE*) com três publicações diferentes, *Alternautas* (Londres – Inglaterra, University of Warwick Press) e *Desenvolvimento e Meio Ambiente* (Universidade Federal do Paraná – UFPR, Brasil), cada uma com dois artigos.

Nota-se que, dos 45 artigos, 51,1% contêm estudos de caso, totalizando 23 artigos. Parte desses estudos de caso é comparativa, abrangendo mais de um território ou país. Assim, os estudos de caso estão distribuídos em 14 países, na sua maioria localizados no Sul global, particularmente na América Latina e no Caribe, conforme a figura 1. O Brasil predominou como o país com mais estudos de caso (oito), seguido pelo Equador (3), México (3), Bolívia (2) e Chile (2). Além disso, há um estudo em cada um dos seguintes países: Argentina, Austrália, Butão, Colômbia, Estados Unidos, Grécia, Haiti, Índia e Reino Unido.



Figura 1- Imagem com países em que foram identificados estudos de caso. Fonte: elaborado pelos autores no Google Maps, 2024.

Com um quadro contendo todas as proposições pós-desenvolvimentistas identificadas nos textos selecionados, iniciou-se a análise e interpretação das informações coletadas, que se dividiu em uma análise bibliométrica e uma análise das proposições. Adotou-se uma síntese temática, reunindo as proposições em temas e categorias mais específicas (MARCONI & LAKATOS, 2003; FITZPATRICK et al., 2022; THOMAS & HARDEN, 2008). Assim, foram construídos 13 temas, subdivididos em 53 categorias.

O caminho percorrido para realizar os agrupamentos foi: a base da revisão sistemática e síntese temática previamente realizada por Fitzpatrick et al. (2022); adaptações com base na realidade da América Latina e teorias do Pós-desenvolvimento, além das próprias características do material coletado. Para refinar os agrupamentos adotou-se o procedimento de similitudes e diferenciações (FACHIN, 2001). Com isso, os temas que agruparam as proposições foram:

- A- Agricultura e Alimentação;
- B- Ciência e Tecnologia;
- C- Cultura e Educação;
- D- Energia;
- E- Finanças éticas e não especulativas e democracia financeira;
- F- Governança e Geopolítica;
- G- Habitação, Transportes e Planejamento Regional;
- H- Natureza;
- I- Produção e Consumo;
- J- Qualidade de vida e Saúde integral;
- K- Redução da desigualdade;
- L- Trabalho;
- M- Turismo.

Os autores deste artigo reconhecem que toda tipologia tem um grau de subjetividade e intersubjetividade intransponível, e que outros autores poderiam fazer tipologias distintas. O mais relevante, no entanto, são as proposições em si, coletadas nos artigos selecionados com base no método descrito. A seguir, apresentam-se os resultados da pesquisa e sua discussão, com as categorias e principais proposições.

AS PROPOSIÇÕES E PRÁTICAS PÓS-DESENVOLVIMENTISTAS

O exame dos 45 artigos resultou em um quadro com 415 proposições pós-desenvolvimentistas. No entanto, como muitas delas eram similares, o processo de análise e síntese resultou em 217 proposições. Como já dito, elas foram agrupadas em 13 temas, por sua vez subdivididos em 53 categorias, conforme Figura 2 e a Tabela 1 (organizada por ordem decrescente em relação à quantidade de proposições que cada tema agrega).

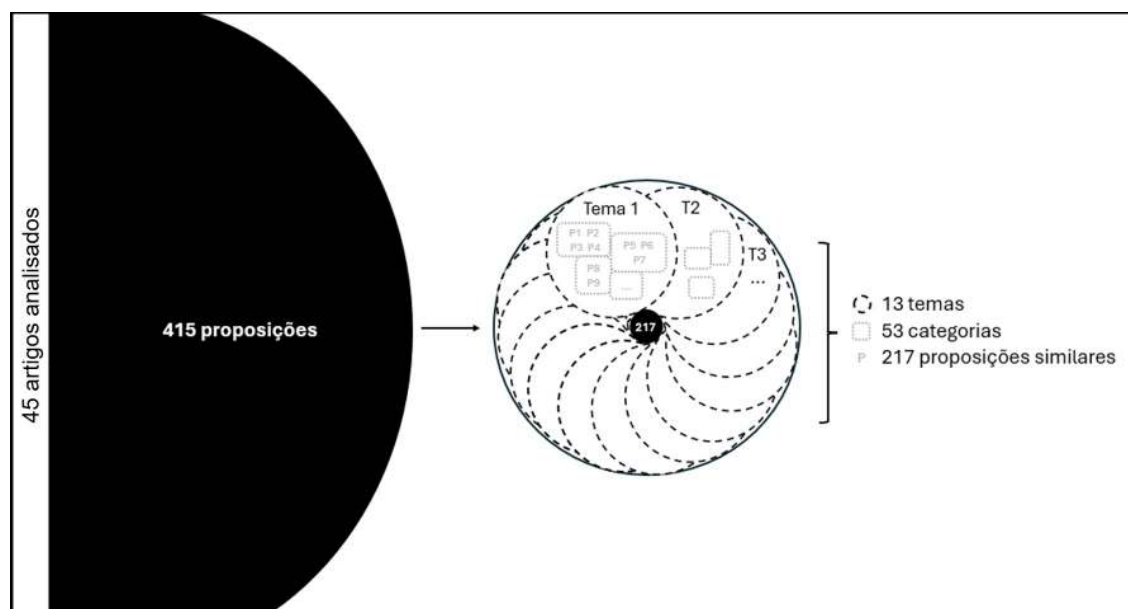


Figura 2 - Resultados da análise e síntese temática das proposições pós-desenvolvimentistas. Fonte: elaborado pelos autores, 2024.

É importante lembrar que uma proposição pode dialogar com mais de um tema ou categoria. A classificação em categorias foi necessária para a análise, método adotado por Fitzpatrick et al. (2022) e Thomas & Harden (2008), e para facilitar a comunicação dos resultados com diferentes públicos. Uma ilustração é a proposição “Erradicar a pobreza”, que perpassa por diferentes temas, assim como a de “reintegração entre o ser humano e a Natureza”, que dialoga tanto com a dimensão cultural quanto com parte das categorias sobre a Natureza.

A Tabela 1 apresenta a quantidade de proposições por tema (última coluna à direita – “T”) e categoria (penúltima coluna à direita – “C”). Os temas com maior diversidade de proposições estão ligados à Produção e Consumo (42), Cultura e Educação (42), Agricultura e Alimentação (21). No entanto, assim como identificado na análise de Fitzpatrick et al. (2022), é importante lembrar que a exposição ou criação de uma proposição pelos autores nem sempre se desdobra em profundidade de detalhes ou forma de implementação da proposição, ou seja, algumas proposições são apenas rapidamente mencionadas.

Temas (total de categorias)	Categorias	Quantidade Proposições	
		C	T
Produção e Consumo	Estilos de vida de suficiência	13	42
	Redução do desperdício	8	
	Economias alternativas/Solidária	6	
	Produção socialmente útil	4	
	Limites à publicidade	3	
	Modelos democráticos sem fins lucrativos	3	
	Relocalização	3	
	Comércio	2	
Cultura e Educação	Cultura e educação diversas	11	42
	Autonomia individual	8	
	Espiritualidades e afetos	7	
	Conhecimentos tradicionais/ancestrais	5	
	Biocentrismo, ecocentrismo	5	
	Interculturalidade e diversidade	3	
	Educação crítica	3	
Agricultura e Alimentação	Soberania alimentar	8	21
	Agricultura sustentável	5	
	Dietas sustentáveis	5	
	Agroecologia	3	
Natureza	Redução das pressões ambientais, inclusive mineração	11	17
	Restauração e preservação da biodiversidade	3	
	Demografia estável	1	
	Justiça ambiental decolonial	1	
	Direitos da Natureza	1	
Habitação, Transportes e Planejamento Regional	Planejamento socialmente útil e ecologicamente sensível	6	16
	Mobilidade justa	4	
	Suficiência habitacional	4	
	Justiça terrestre	2	
Governança e Geopolítica	Governança e Geopolítica diversas	4	16
	Bens comuns	3	
	Plurinacionalidade	3	
	Repolitização e fortalecimento dos movimentos sociais	3	
	Fim dos complexos militares-industriais	2	
	Democracia ecológica	1	

Tabela 1.1 – Classificação temática das proposições e práticas identificadas (ordem decrescente da quantidade total de proposições em cada tema). Fonte: autores, baseados na pesquisa, 2024.

Temas (total de categorias)	Categorias	Quantidade Proposições	
		C	T
Energia	Democracia energética	4	11
	Fim da exploração de combustíveis fósseis	4	
	Fim da energia nuclear	2	
	Suficiência energética	1	
Redução da desigualdade	Justiça transformativa	6	11
	Redução da desigualdade	4	
	Erradicação da pobreza	1	
Turismo	Reimaginação do turismo	6	9
	Limitações ao turismo	3	
Trabalho	Reconceitualização do trabalho	4	9
	Redistribuição de atividades (re)produtivas	2	
	Redução do desemprego	2	
	Empregos socioecológicos	1	
Ciência e Tecnologia	Ferramentas de convívio	4	8
	Soberania tecnológica	4	
Finanças éticas e não especulativas	Finanças éticas, não especulativas e democracia financeira	7	8
	Indicadores alternativos de progresso social	1	
Qualidade de vida e Saúde integral	Condições de vida	3	6

Tabela 1.2 – Classificação temática das proposições e práticas identificadas (ordem decrescente da quantidade total de proposições em cada tema). Fonte: autores, baseados na pesquisa, 2024.

As categorias com maior diversidade de proposições são: Estilos de vida de suficiência (com 13 proposições diferentes, ex.: por meio da superação do consumismo ou da promoção do consumo compartilhado); Cultura e Educação diversas (11, ex.: vida simples, ou a simplicidade voluntária); Reduzir as pressões ambientais, inclusive mineração (11, ex.: extração sustentável, limites à extração de recursos naturais); Autonomia individual (8, ex.: autossuficiência e autogestão das pessoas que vivem em comunidade, descolonização do imaginário social); Reduzir o desperdício (8, ex.: oficinas de reparação, bibliotecas de ferramentas); Soberania alimentar (8, ex.: por meio de políticas produtivas e comerciais com critérios agroecológicos e culturais; biofeiras etc.).

Essas categorias estão distribuídas em quatro temas, com destaque para dois: Produção e Consumo e Cultura e Educação. Provavelmente porque a primeira concentra as questões da emergência climática, enquanto a segunda foca na ação para mudar o rumo da sociedade atual.

No entanto, para a identificação das principais proposições pós-desenvolvimentistas, foi realizada análise com foco naquelas que foram as mais frequentemente mencionadas nos diferentes trabalhos analisados (Tabela 2). Ou seja, a Tabela 2 aponta as que se destacaram porque autores diferentes propuseram iniciativas similares. Essas proposições estão distribuídas em apenas sete temas (Agricultura e Alimentação, Cultura e Educação, Energia, Finanças éticas e não especulativas, Governança e Geopolítica, Natureza, e Produção e Consumo), e 11 categorias, sendo Biocentrismo/Ecocentrismo a de maior recorrência. Na Tabela 2 detalham-se essas proposições pós-desenvolvimentistas.

Tema	Categoria	Síntese das proposições mais frequentes	Quant. artigos
Governança e Geopolítica	Democracia ecológica	Descentralizar a tomada de decisões	17
Cultura e Educação	Conhecimentos tradicionais/ancestrais	Restaurar / revalorizar os conhecimentos indígenas e locais, inclusive de povos tradicionais incluídos	14
	Biocentrismo, ecocentrismo	Equilíbrio/harmonia/reciprocidade/reintegração entre sociedades, seres humanos e Natureza	12
Natureza	Direitos da Natureza	Legislar os direitos da Natureza (ou Pachamama)	10
Cultura e Educação	Interculturalidade e diversidade	Promover a interculturalidade e a diversidade	9
	Agroecologia	Promover a agroecologia (ex.: Permacultura)	7
Agricultura e Alimentação	Soberania alimentar	Soberania alimentar (ex.: por meio de políticas produtivas e comerciais com critérios agroecológicos e culturais)	7
			7
Cultura e Educação	Biocentrismo, Ecocentrismo	Visão de mundo ecocentrista ou biocentrista	7
Produção e Consumo	Economias alternativas/solidária	Fomento de economias alternativas	7
Energia	Democracia energética	Garantir sistemas renováveis, descentralizados, de convivência e de propriedade da comunidade	6
Finanças éticas e não especulativas	Finanças éticas e não especulativas e democracia financeira	Apoie moedas, crédito e sistemas de câmbio não especulativos (ex.: Banco de tempo; moedas alternativas; financiamento solidário)	6
Governança e Geopolítica	Plurinacionalidade	Estado Plurinacional desafiando a identidade nacional homogênea	6

Tabela 2 – Síntese das proposições mais frequentemente mencionadas nas publicações analisadas.
Fonte: autores, baseados na pesquisa, 2024.

Em Governança e Geopolítica, destaca-se a categoria da Democracia ecológica, que busca descentralizar a tomada de decisões, por exemplo, por meio de processos participativos, fóruns deliberativos regulares, orçamento participativo, grupos de trabalho voluntário, democracia direta local, democracia participativa, auto-organização em pequena escala com redes de coletivos, incluindo também movimentos sociais (FITZPATRICK et al., 2022; BENALCÁZAR & de LA ROSA, 2021; HIDALGO-CAPITÁN & CUBILLO-GUEVARA, 2022; MONTERO et al., 2019; ACOSTA, 2015; FERREIRA & RAPOSO, 2017; TZEKOU & GRITZAS, 2023; HIDALGO-CAPITÁN et al., 2019; KAHLAU, SCHNEIDER e SOUZA-LIMA, 2019; FRIGGERI, 2021; SODRÉ & HESPANHOL, 2022; ABREU & PEZARICO, 2020; DINERSTEIN e DENEULIN, 2012; MADRUGA, 2019; FONSECA et al., 2022; ÁVILA-ROMERO, 2018; FONSECA et al., 2022). Já a categoria Plurinacionalidade sinaliza a necessidade de os estados nacionais valorizarem a diversidade étnica, a autodeterminação dos povos, a descentralização do poder local, assim como a heterogeneidade, que desafia a lógica da identidade nacional homogênea. Alguns exemplos são as políticas de descolonização, como cotas, medidas reparatórias etc. (GUERRA et al., 2023; HIDALGO-CAPITÁN e CUBILLO-GUEVARA, 2022; BENALCÁZAR & de LA ROSA, 2021; MARTINS, 2014; HIDALGO-CAPITÁN et al., 2019; CUBILLO-GUEVARA et al., 2016).

Em Cultura e Educação, com quatro categorias, destaca-se a de Conhecimentos tradicionais/ancestrais, que se aprofunda nas questões ligadas às populações tradicionais e seus modos de vida, cultura e conhecimento. No mais, ela propõe que essas populações sejam mais valorizados e tenham mais autonomia (FITZPATRICK et al., 2022; VENTURIN, et al., 2023; BISHT, 2022; NIRMAL & ROCHELEAU, 2019; KAHLAU, SCHNEIDER e SOUZA-LIMA, 2019; SOTO, 2019; NIRMAL & ROCHELEAU, 2019; FRIGGERI, 2021; MADRUGA, 2019; ASSIS, 2021; DIEDRICH & BIONDO, 2021; SANTOS, et al., 2017; LEÃO et al., 2016; ÁVILA, 2019). Em contraposição à lógica antropocentrista, dominante nas sociedades ocidentais atuais, destacam-se autores que se propõem a valorizar uma visão de mundo mais bio ou ecocentrista. Ou seja, uma visão de mundo em que os seres

humanos não estão separados da Natureza, nem acima das demais espécies. Aqui, as proposições focam, por exemplo, na busca de harmonia ou reintegração entre os humanos e a Natureza ou na reconexão dos humanos com o planeta Terra (GERVAZIO et al., 2023; ABREU & PEZARICO, 2020; GUERRA et al., 2023; MONTERO et al., 2019; ALCANTARA & SAMPAIO, 2017; MARTINS, 2014; ÁVILA, 2019; DOURADO, 2021; MADRUGA, 2019; GUERRA et al., 2023; FRIGGERI, 2021). Já a categoria Interculturalidade e Diversidade destaca-se como forma de reconhecimento e defesa das diferentes identidades e culturas, prezando pela heterogeneidade das identidades, culturas e práticas. Nesse caso, propõe-se a coexistência harmoniosa e respeitosa entre diferentes modos de vida (ALCANTARA & SAMPAIO, 2017; GUERRA et al., 2023; HIDALGO-CAPITÁN & CUBILLO-GUEVARA, 2022; MONTERO et al., 2019; HIDALGO-CAPITÁN et al., 2019; SOTO, 2019; BENALCÁZAR & DE LA ROSA, 2021; MACÍAS, 2017; ÁVILA-ROMERO, 2018).

No tema Natureza, destaca-se a categoria Direitos da Natureza, com ênfase no fortalecimento das legislações que a protejam. Sinaliza-se, inclusive, que esses direitos passem a ser um componente constitucional (FITZPATRICK et al., 2022; FRIGGERI, 2021; HIDALGO-CAPITÁN & CUBILLO-GUEVARA, 2022; FERREIRA & RAPOSO, 2017; ALCANTARA & ZUÑIGA, 2021; HIDALGO-CAPITÁN et al., 2019; BRASIL & BRASIL, 2014; ACOSTA, 2015; VENTURIN, et al., 2023; SOTO, 2019).

No tema Agricultura e Alimentação predominaram proposições ligadas à Agroecologia e à Soberania alimentar. A Agroecologia refere-se ao desenho de agroecossistemas sustentáveis. Neste grupo de proposições incluem-se, por exemplo, as experiências de transição agroecológica e a agroecologia camponesa (como a permacultura), abordadas por sete artigos diferentes (FITZPATRICK et al., 2022; FONSECA et al., 2022; DIEDRICH & BIONDO, 2021; SANTOS, et al., 2017; DOURADO, 2021; ABREU & PEZARICO, 2020). Já a Soberania alimentar está ligada à capacidade de cada povo em definir suas próprias políticas, por exemplo, para a agropecuária sustentável, proporcionando a sua autossuficiência nutricional (ALCANTARA & SAMPAIO, 2017; ÁVILA-ROMERO, 2018; HIDALGO-CAPITÁN et al., 2019; DOURADO, 2021; HIDALGO-CAPITÁN & CUBILLO-GUEVARA, 2022; BENALCÁZAR & DE LA ROSA, 2021; VENTURIN, et al., 2023).

Produção e Consumo destaca-se pela proposição de fomentar Economias Alternativas, incluindo a economia solidária e similares, como a bioeconomia, a economia social e a economia do cuidado (HIDALGO-CAPITÁN et al., 2019; HIDALGO-CAPITÁN & CUBILLO-GUEVARA, 2022; SOTO, 2019; ALCANTARA & SAMPAIO, 2017; BENALCÁZAR & DE LA ROSA, 2021; FERREIRA & RAPOSO, 2017; BRASIL & BRASIL, 2014; TZEKOU & GRITZAS, 2023). A proposta de promover a comercialização e o comércio justos também se enquadra na categoria de Economias alternativas/Solidária.

No tema Energia destacam-se proposições decrescentistas (FITZPATRICK et al., 2022), presentes também na categoria Democracia energética. Esta contém a transição para energia renovável, de forma a garantir sistemas renováveis, descentralizados, de convivência e de propriedade das comunidades (FITZPATRICK et al., 2022; LEMOS & BELLO, 2019; FONSECA et al., 2022; MARTÍNEZ-ALIER et al., 2010; ÁVILA-ROMERO, 2018; HIDALGO-CAPITÁN et al., 2019).

Por fim, o tema Finanças éticas e não especulativas trata da gestão e acesso aos recursos econômicos. Suas propostas visam, principalmente, o apoio a moedas, crédito e sistemas de câmbio não especulativos. Por exemplo, criação de bancos de tempo, cooperativas de crédito, bancos cooperativos, moedas alternativas ou sociais (FITZPATRICK et al., 2022; ÁVILA-ROMERO, 2018; VARGAS, ZUÑIGA e ALCANTARA, 2020; ÁVILA-ROMERO, 2018; FONSECA et al., 2022; CUBILLO-GUEVARA et al., 2016).

UMA ANÁLISE CRÍTICA: AMPLITUDE, DIVERSIDADE E ESPECIFICIDADE

Constata-se uma grande amplitude de temas, categorias e proposições pós-desenvolvimentistas. Elas permeiam diferentes setores e dimensões da sociedade, como modos de vida diferentes, redução da desigualdade social, diminuição do consumo e a redução da produção desnecessária. Além disso,

propõem uma mudança na relação entre humanos e outras espécies, tanto que a categoria mais recorrente foi a relacionada ao Bio/Ecocentrismo (LATOUCHE, 2009; GEORGESCU-ROEGEN, 2012; KOTHARI et al., 2021; ESCOBAR, 2021; HICKEL et al., 2022).

Aparentemente, para os defensores do Pós-desenvolvimento, um período de polícrises (MORIN & KERN, 2003), de desafios complexos e problemas perversos (HEAD, 2008; WEHRDEN et al., 2017), em que limites planetários seguros e justos estão ameaçados (ROCKSTRÖM et al., 2023), exige múltiplas abordagens, assim como perspectivas de mundos menos antropocêntricos e mais diversas para enfrentar os desafios (SANTOS, 2023). O ecocentrismo, por exemplo, aceita que humanos são parte da Natureza e possuem “(...) responsibility to respect the web of life and heal the damage caused by the ideological dominance of anthropocentrism” (KOPNINA et al., 2018, p.123).

Outros temas diretamente conectados ao que autores seminais propuseram são a realocização (LATOUCHE, 2009; ESCOBAR, 2021), a priorização do uso de energias renováveis (LATOUCHE, 2009; GEORGESCU-ROEGEN, 2012; KOTHARI et al., 2021), assim como a agricultura local e orgânica para todos (LATOUCHE, 2009; GEORGESCU-ROEGEN, 2012; KOTHARI et al., 2021).

No entanto, a questão do tempo para o lazer (GEORGESCU-ROEGEN, 2012) não foi abordada diretamente nas proposições analisadas, mas se aproxima de parte do debate levantado na categoria Reconceitualizar o trabalho, presente nas proposições decrescentistas (FITZPATRICK et al., 2022; ACOSTA, 2015; MARTÍNEZ-ALIER et al., 2010; BELING, 2019), assim como na categoria Produção e Consumo – Estilos de vida de suficiência (HIDALGO-CAPITÁN et al., 2019; HIDALGO-CAPITÁN & CUBILLO-GUEVARA, 2022).

Nota-se que as proposições não são focadas apenas na economia, nem na da lógica mercantil, ainda que o tema Produção e Consumo seja um dos principais temas abordados. O mapeamento realizado engloba, também, propostas focadas no comportamento humano e modos de vida individuais cotidianos (ex.: redução do consumo de carne), na coexistência em grupos, comunidades ou associações).

As escalas das propostas são distintas: municipais, regionais e algumas focadas em países (ex.: estados plurinacionais), além de diferentes citações a questões globais (ex.: reforma de organizações internacionais). Ou seja, vão desde a escala humana, local, perpassando por aquelas que dependem de movimentos sociais, políticas públicas ou legislação setorial, até instituições ou regulamentações internacionais.

Foi possível verificar, também, que há uma extensa agenda de políticas públicas com 50 metas, 100 objetivos e 340 instrumentos ligados ao Decrescimento (FITZPATRICK et al., 2022), além dos Planos Nacionais ligados ao Bem Viver (MONTERO et al., 2019; SOTO, 2019; CUBILLO-GUEVARA et al., 2016).

Nesse sentido, observa-se que as propostas pós-desenvolvimentistas também poderiam ser analisadas, assim como os objetivos do Bem Viver, a partir de suas escalas de atuação (HIDALGO-CAPITÁN & CUBILLO-GUEVARA, 2022), que pressupõem três enfoques: (i) sustentabilidade biocêntrica (harmonia com Natureza e outros seres), que dialoga diretamente com as proposições sobre o ecocentrismo na categoria Cultura e Educação e na categoria Natureza; (ii) equidade social (harmonia entre as pessoas), que se conecta com as categorias Governança e Geopolítica e Redução das desigualdades; e (iii) satisfação pessoal (harmonia consigo mesmo), mais ligada a algumas proposições das categorias Cultura e Educação, Trabalho e Qualidade de vida e saúde integral.

Essa diversidade contribui, em seu conjunto, para a construção do ideal pós-desenvolvimentista, com a desconstrução do princípio central da organização da vida social contemporânea: a noção de crescimento econômico (ESCOBAR, 2005, 2007). No entanto, essa variedade também pode ser ofuscada pela profusão de temas, categorias e propostas, o que pode contribuir para a fragmentação da sociedade e reduzir as condições de mobilização dos indivíduos, famílias e eleitores.

Quanto à caracterização dos elementos próprios do Pós-desenvolvimento, tendo por base as diferenças entre as iniciativas transformadoras e as soluções reformistas descritas no dicionário do Pós-desenvolvimento (KOTHARI et al., 2021), observa-se que a maior parte das proposições identificadas estão em conformidade com premissas pós-desenvolvimentistas, como a agroecologia (FONSECA et al., 2022; DIEDRICH & BIONDO, 2021; SANTOS, et al., 2017; DOURADO, 2021; ABREU & PEZARICO, 2020); os bens comuns (FITZPATRICK et al., 2022; LEMOS & BELLO,

2019; FONSECA et al., 2022); e a filosofia e o movimento slow (food), de origem italiana, identificados tanto na pesquisa de Fitzpatrick et al. (2022) quanto na de Alcantara e Sampaio (2017).

Por sua vez, as proposições das categorias Conhecimentos tradicionais/ancestrais e repolitização e fortalecimento dos movimentos sociais remontam a elementos pós-desenvolvimentistas essenciais na perspectiva de Escobar (2005; 2007).

Por outro lado, parte das proposições identificadas não apresentam essas especificidades pós-desenvolvimentistas, são mais genéricas/abstratas (ex.: na categoria Qualidade de vida e saúde integral) ou apresentam características alinhadas à agenda do desenvolvimento sustentável, como a Economia Circular (HIDALGO-CAPITÁN & CUBILLO-GUEVARA, 2022; HIDALGO-CAPITÁN et al., 2019), a bioeconomia (TZEKOU & GRITZAS, 2023) e a reforma de organizações internacionais (FITZPATRICK et al., 2022).

Portanto, reforçando a lógica de que o Pós-desenvolvimento não é antidesenvolvimento (ESCOBAR, 2007), apesar das críticas e oposição ao paradigma do crescimento contínuo, observa-se que parte das propostas não são incompatíveis com a economia de mercado vigente, o que facilita o processo de transição para a sustentabilidade e pode ser ilustrado por meio das proposições para reciclagem obrigatória (FITZPATRICK et al., 2022; FONSECA et al., 2022), agricultura familiar (GERVAZIO et al., 2023; ABREU & PEZARICO, 2020) ou orgânica, artesanal e de subsistência (FITZPATRICK et al., 2022; GERBER E RAINA, 2018), disseminação de tecnologias sociais (KAHLAU, SCHNEIDER E SOUZA-LIMA, 2019; POZZEBON & FONTENELLE, 2018), regulação da publicidade (FITZPATRICK et al., 2022; GERBER e RAINA, 2018), entre outras. Outros dois exemplos são a criação de garantias ao abastecimento universal das necessidades humanas fundamentais, presentes nas propostas de renda básica universal (FITZPATRICK et al., 2022; FOUKSMAN & KLEIN, 2019) e na implementação de políticas públicas de discriminação positiva (ação afirmativa) (HIDALGO-CAPITÁN et al., 2019; HIDALGO-CAPITÁN & CUBILLO-GUEVARA, 2022).

Considerando a quantidade de proposições identificadas nas publicações analisadas, observa-se que o movimento do Pós-desenvolvimento é propositivo e contribui para a pluriversalidade de iniciativas transformadoras, ainda que parte das suas proposições seja de difícil implementação a curto ou médio prazos, ou até mesmo utópicas, ou de difíceis concretizações, sob um olhar pragmático. Portanto, há um grande desafio em estabelecer as condições efetivas para concretização de parte das proposições, ainda que em termos teóricos, tanto que Latouche (2009) reconhece que o decrescimento é revolucionário na teoria (em seu projeto de sociedade), mas reformista na prática (considerando seu realismo político), destacando que o potencial revolucionário de sua utopia concreta “não é incompatível com o reformismo político desde que os inevitáveis compromissos da ação não degenerem em comprometimento do pensar” (LATOUCHE, 2009, p. 93).

É muito relevante observar que há um avanço em relação às análises de proposições e práticas do Pós-desenvolvimento realizadas anteriormente (SODRÉ & MEDEIROS HESPANHOL, 2022; DINIZ FILHO, 2022), que não haviam identificado tantos casos ou proposições concretas. O que nos retoma Escobar (2015, p. 461), para quem um “farol de esperança” se manifesta na medida em que as alternativas transformadoras contribuem para evidenciar as diferentes possibilidades de ação para a transição rumo à sustentabilidade, ou seja, diferentes caminhos possíveis e interconectados. Um exemplo ilustrativo é a comparação realizada por Schöneberg et al. (2022), na qual constata-se diferentes práticas e iniciativas de alternativa ao desenvolvimento, capazes de transformar as relações socioecológicas na direção do pluriverso, ainda que permeadas por contradições ou que, em alguns casos, os seus autores ou stakeholders não façam referências diretas ao Pós-desenvolvimento.

Pode-se observar, também, as diferenças e similitudes entre proposições dos autores decrescentistas (Norte) e do Bem Viver (Sul), destacando-se o potencial de complementariedade entre eles, assim como Beling (2019), Sparr (2019) e Kaul et al., (2022) observaram. Beling (2019) concluiu que os autores do Bem Viver demonstram uma maior conexão com as proposições associadas aos povos tradicionais, com ênfase nos territórios e nos processos de produção, além de sua crítica ao neoextrativismo, ao passo que os decrescentistas tratam mais sobre relações globais, consumo exacerbado, ações com foco nas cidades, energia, entre outros.

Neste sentido, o quadro de proposições evidencia que a plurinacionalidade, por exemplo, é levantada majoritariamente em pesquisas sobre o Bem Viver (GUERRA et al., 2023; HIDALGO-CAPITÁN & CUBILLO-GUEVARA, 2022; BENALCÁZAR & DE LA ROSA, 2021; MARTINS, 2014; HIDALGO-CAPITÁN et al., 2019; CUBILLO-GUEVARA et al., 2016), ao passo que as proposições do tema Trabalho e das categorias Troca e Justiça terrestre concentram proposições decrescentistas. Além disso, há maior diversidade de perspectivas nas proposições da categoria Estilos de vida de suficiência, por exemplo, quando se trata da redução/superação do produtivismo e do consumismo, questionando os padrões de consumo vigentes (POZZEBON & FONTENELLE, 2018; TZEKOU & GRITZAS, 2023; LEMOS & BELLO, 2019; ACOSTA, 2015; BELING, 2019) e da necessidade de se promover o consumo compartilhado e suficiente (FITZPATRICK et al., 2022; FERREIRA & RAPOSO, 2017; FONSECA et al., 2022).

Acosta (2015), Cubillo-Guevara et al. (2016), Ávila-Romero (2018) e Madruga (2019), em suas pesquisas sobre o Bem Viver, são alguns dos autores que apontam para uma cosmovisão mais biocentrista, visando fortalecer uma relação menos extrativista com a Natureza, promovendo sua desmercantilização. Assim, enfatiza-se a importância das plataformas de integração entre cientistas, filósofos, ativistas, produtores e demais interessados no tema a partir do Sul e Norte global, proposta por Martínez-Alier et al. (2010).

CONCLUSÃO

Em conformidade com o objetivo de analisar proposições e práticas de transição provenientes dos movimentos que conformam o Pós-desenvolvimento, esta pesquisa foi centrada na literatura acadêmica revisada por pares constantes das fontes de busca (periódicos Capes e Base de dissertação e teses doutorais). A revisão integrativa permitiu sintetizar 415 proposições extraídas de 45 publicações de mais de 70 autores e autoras de diferentes países, resultando em 217 proposições que promulgam a desconstrução do paradigma do crescimento econômico ilimitado. Elas foram classificadas em uma ampla diversidade de temas e categorias, os quais possuem interações em diferentes níveis. Essa variedade de temáticas reflete a abrangência, diversidade e mesmo contradições, do movimento pós-desenvolvimentista, com iniciativas transformadoras em vias de implementação em diferentes territórios do planeta.

A análise bibliométrica aponta esta relação mais prática na abordagem do tema por meio dos casos estudados em diferentes territórios. Os estudos de caso evidenciam os diálogos e aproximações das proposições pós-desenvolvimentistas com diferentes contextos socioeconômicos em quatorze países. Parte das proposições requer um tempo para sua materialização, especialmente aquelas ligadas a processos educacionais, de conscientização, mudanças comportamentais, culturais ou políticas, que envolvem muitos atores-chave nas arenas de debate e implementação. Em contrapartida, registram-se proposições pós-desenvolvimentistas adentrando processos de formulação de políticas públicas, planos de governos e instituições multilaterais.

A diversidade é grande nos movimentos ligados ao Pós-desenvolvimento. Foram identificadas proposições mais específicas e outras mais genéricas, umas mais utópicas e outras menos. Algumas proposições possuem um grau de compatibilidade com o modelo econômico vigente, evidenciando que o Pós-desenvolvimento não é, em geral, necessariamente antidesenvolvimento. A análise também permitiu verificar diferenças, divergências e complementaridades entre as proposições provenientes de autores do Norte e do Sul. Elas merecem ser melhor conhecidas e esclarecidas com o intuito de ampliar as possibilidades de colaboração e integração global. Sem cair na utopia da universalização, pois os territórios têm suas especificidades e as culturas suas identidades que devem ser respeitadas.

O método utilizado, que permitiu mapear a diversidade de propostas do Pós-desenvolvimento, tende a fragmentar a perspectiva dos trabalhos analisados, dificultando uma compreensão mais aprofundada sobre o contexto em que foram elaboradas, dificultando maior compreensão das sinergias, interações ou contradições entre essas proposições. Lacuna que se apresenta como uma das possibilidades de pesquisas futuras.

Considerando a limitação do levantamento de publicações em apenas três idiomas, e sem considerar a literatura proveniente de livros e capítulos, recomenda-se que pesquisas futuras possam

expandir o mapeamento, incluindo esse tipo de literatura e aquelas provenientes do Oriente. Acrescenta-se às sugestões de pesquisas futuras a possibilidade de aprofundamento da compreensão das formas de implementação das proposições, além da realização de outras formas de classificação das proposições, quanto à materialidade, especificidade e aplicabilidade em diferentes escalas.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. M.; PEZARICO, G. O Bem Viver e a agricultura familiar: reflexões preliminares para compreender implicações da técnica e trabalho. *Revista Grifos*, n. 48, p. 167–182, 2020.
- ACOSTA, Alberto. El Buen Vivir como alternativa al desarrollo. Algunas reflexiones económicas y no tan económicas. *Política y Sociedad*, [s. l.], v. 52, n. 2, 2015.
- ACOSTA, Alberto. O Bem Viver: uma Oportunidade Para Imaginar Outros Mundos. 1. ed. São Paulo: Editora Elefante & Editora Autonomia Literária, 2016.
- ALCANTARA, Liliane Cristine Schlemer; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Bem viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível?. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, [s. l.], v. 40, p. 231–251, 2017.
- ASSIS, D. N. C. DE. Contra o Racismo, Sexismo e pelo Bem-Viver! Mulheres contra hegemônicas pensando uma nova forma de ser e existir. *Albuquerque: Revista de História*, v. 13, n. 26, p. 33–46, set. 2021.
- ÁVILA, Carolina Álvarez. Movimiento de Mujeres Indígenas por el Buen Vivir: marchando entre la política, lo político y lo ontológicamente diverso en Argentina, *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, 2019. DOI: <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.76814>
- ÁVILA ROMERO, Agustín. Hacia un diálogo de alternativas entre la economía solidaria y la economía social: El buen vivir como horizonte descolonial. *Cooperativismo & Desarrollo*, [S. l.], v. 26, n. 112, 2017. DOI: 10.16925/co.v25i112.2033.
- BELING, Adrián E. South-North Synergies for a “civilizational transition” toward sustainability: Dialogue of knowledges among buen vivir, degrowth, and human development. *Revista Colombiana de Sociología*, [s. l.], v. 42, n. 2, p. 279–300, 2019.
- BENALCÁZAR, P. C.; ROSA, F. J. U. DE L. The institutionalized buen vivir: A new hegemonic political paradigm for Ecuador. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 64, n. 1, 2021.
- BISHT, A. Sand futures: Post-growth alternatives for mineral aggregate consumption and distribution in the global south. *Ecological Economics*, jan. 2022.
- BRASIL, F. S.; BRASIL, M. S. Economia solidária, bem viver e decrescimento: primeiras aproximações. *Emancipacao*, [s. l.], v. 13, n. 3, p. 93–104, 2014.
- BRUNDTLAND, Gro Harlen. The Brundtland Report: “Our Common Future” FGV. Rio de Janeiro: 1988.
- BUCCI, Eugênio. Incerteza, um ensaio. Como pensamos a ideia que nos desorienta (e orienta o mundo digital. Belo Horizonte: Autêntica, 2023).
- CAMPAGNA, Claudio; GUEVARA, Daniel; LE BOEUF, Bernard. Sustainable development as deus ex machina. *Biological Conservation*, [s. l.], v. 209, p. 54–61, 2017. Disponível em: .
- COWEN, M.; SHENTON, R. Doctrines of development. London; New York: Routledge, 2005.
- CRESWELL, Jonh W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2007-. ISSN 1098-6596.
- CUBILLO-GUEVARA, A. P.; HIDALGO-CAPITÁN, A. L.; GARCÍA-ÁLVAREZ, S. El Buen Vivir como alternativa al desarrollo para América Latina. *Iberoamerican Journal of Development Studies*, v.

5, n. 2, p. 30–57, 2016.

CUBILLO-GUEVARA, A. P.; HIDALGO-CAPITÁN, A. L. Good Living Goals. A proposal for the construction of a global trans-development. *Alternautas*, v. 6, n. 2, p. 71–87, 2019.

DA EMPOLI, Giuliano. Os engenheiros do caos. Como as Fake News, as teorias da conspiração, e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições. São Paulo: Vestígio, 2020.

DEMARIA, Federico et al. What is degrowth? from an activist slogan to a social movement. *Environmental Values*, [s. l.], v. 22, n. 2, p. 191–215, 2013.

DIEDRICH, G. E.; BIONDO, E.; BULHÕES, F. M. Agroecologia e Bem Viver como modo de vida e como modelo sustentável de produção agrícola e de consumo de alimentos. *COLÓQUIO - Revista do Desenvolvimento Regional*, v. 18, n. 3, p. 230–255, 2021.

DINERSTEIN, A. C.; DENEULIN, S. Hope Movements: Naming Mobilization in a Post-development World. *Development and Change*, v. 43, n. 2, p. 585–602, mar. 2012.

DOURADO, N. P. Territorialidade camponesa e o bem viver agroecológico. *Revista Campo-Território*, v. 16, n. 41 Ago., p. 212–241, set. 2021.

DU PISANI, Jacobus A. Sustainable development–historical roots of the concept. *Environmental Sciences*, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 83–96, 2006.

DUNLAP, Alezander et al. Post-Development and Degrowth: Volume 1. *Tvergastein. Interdisciplinary Journal of the environment*, [s. l.], v. 1, 2021.

DUNLAP, Alezander; RUELAS, Alejandro; SØYLAND, Lisa. Debates in Post-development and degrowth. *Tvergastein. Interdisciplinary Journal of the environment*, [s. l.], v. 2, p. 229, 2023.

ESCOBAR, Arturo. Degrowth, postdevelopment, and transitions: a preliminary conversation. *Sustainability Science*, [s. l.], v. 10, n. 3, p. 451–462, 2015.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*, [s. l.], p. 133–168, 2005.

ESCOBAR, Arturo. “Post-development” as concept and social practice. *Exploring Post-Development: Theory and Practice, Problems and Perspectives*, [s. l.], p. 18–31, 2007.

ESCOBAR, Arturo. Reframing civilization(s): from critique to transitions. *Globalizations*, [s. l.], p. 1–18, 2021. Disponível em: .

ESCOBAR, Arturo. Transiciones: a space for research and design for transitions to the pluriverse. *Design Philosophy Papers*, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 13–23, 2015.

FACHIN, Odilia. *Fundamentos de metodologia*. São Paulo: Saraiva, 2001 (5ª edição)

FERREIRA, B.; RAPOSO, R. Evolução do(s) Conceito(s) de Desenvolvimento. *Um Roteiro Crítico*. *Cadernos de Estudos Africanos*, n. 34, p. 113–144, dez. 2017.

FITZPATRICK, N.; PARRIQUE, T.; COSME, I. Exploring degrowth policy proposals: A systematic mapping with thematic synthesis. *Journal of Cleaner Production*, v. 365, n. June, 2022.

FONSECA, R. A. A. et al. Por outros modos de bem viver: o pluriverso de alternativas. *E-cadernos CES*, n. 38, dez. 2022.

FOUKSMAN, E.; KLEIN, E. Radical transformation or technological intervention? Two paths for universal basic income. *World Development*, v. 122, p. 492–500, out. 2019.

FRIGGERI, F. P. Good Living and Indoamerican Socialism: An Epistemic-Political Search. *Revista Brasileira de Ciencias Sociais*, v. 36, n. 105, p. 1–17, 2021.

- GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. O decrescimento: entropia, ecologia e economia. São Paulo: Senac, 2013.
- GERBER, J.-F.; RAINA, R. S. Post-Growth in the Global South-Some Reflections-India and Bhutan. *Ecological Economics*, p. 353–358, 2018.
- GERVAZIO, W. et al. Sustentabilidade e bem viver segundo os agricultores familiares do Projeto de Desenvolvimento Sustentável São Paulo, na Amazônia norte mato-grossense, Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 61, n. 2, 2022.
- GIBSON-GRAHAM, J. Katherine. Diverse economies: Performative practices for “other worlds”. *Progress in Human Geography*, [s. l.], v. 32, n. 5, p. 613–632, 2008.
- GIBSON-GRAHAM, J. K. Surplus possibilities: Postdevelopment and community economies. *Singapore Journal of Tropical Geography*, [s. l.], v. 26, n. 1, p. 4–26, 2005.
- GUDYNAS, Eduardo. Transitions to Post-Extractivism: Directions, Options, Areas of Action. *Beyond Development: Alternative Visions From Latin America*, [s. l.], p. 165–189, 2011.
- GUDYNAS, Eduardo. “Buen Vivir: Today’s tomorrow”, *Development*, v. 54, n. 4, p. 441-7, 2011.
- GUERRA, D. A. DE P. X. F. et al. Elementos do Bem Viver dos Povos Indígenas Brasileiros. *Research, Society and Development*, v. 12, n. 5, p. e3112541072, abr. 2023.
- HANAČEK, Ksenija et al. Ecological economics and degrowth: Proposing a future research agenda from the margins. *Ecological Economics*, [s. l.], v. 169, n. March 2019, 2020.
- HARARI, Yuval Noah. *Nexus. Uma breve história das redes de informação, da Idade da Pedra à inteligência artificial*. São Paulo: Cia das letras, 2024.
- HEAD, Brian W. et al. Wicked problems in public policy. *Public policy*, v. 3, n. 2, p. 101, 2008.
- HICKEL, Jason et al. Degrowth can work - here’s how science can help. [s. l.: s. n.], 2022.
- HIDALGO-CAPITÁN, A. L. et al. Good Living Goals An alternative proposal to the Sustainable Development Goals. *Iberoamerican Journal of Development Studies*, v. 8, n. 1, p. 6–57, 2019.
- HOPWOOD, Bill; MELLOR, Mary; O’BRIEN, Geoff. Sustainable development: Mapping different approaches. *Sustainable Development*, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 38–52, 2005.
- KAHLAU, C.; SCHNEIDER, A. H.; SOUZA-LIMA, J. E. DE. Tecnologia Social como Alternativa ao Desenvolvimento: indagações sobre Ciência. *Tecnologia e Sociedade. R. Tecnol. Soc*, 2019. Disponível em:
- KALLIS, Giorgos. In defence of degrowth. *Ecological Economics*, [s. l.], v. 70, n. 5, p. 873–880, 2011. Disponível em: .
- KAUL, Shivani et al. Alternatives to sustainable development: what can we learn from the pluriverse in practice?. *Sustainability Science*, [s. l.], v. 17, n. 4, p. 1149–1158, 2022. Disponível em: .
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.
- KOPNINA, H., Washington, H., Taylor, B. et al. Anthropocentrism: More than Just a Misunderstood Problem. *J Agric Environ Ethics* 31, 109–127, 2018.
- KOTHARI, Ashish; et al. *Pluriverso: dicionário do pós-desenvolvimento*. Editora Eled. São Paulo: [s. n.], 2021.
- KURZWEIL, Ray. *A singularidade está mais proxima. A fusão do ser humano com o poder da inteligência artificial*. São Paulo: Goya, 2024.
- LATOUCHE, Serge. *Pequeno tratado do decrescimento sereno*. São Paulo: [s. n.], 2009.

LEÃO, A. L. M. D. S.; FERREIRA, B. R. T.; GOMES, V. P. D. M. Um “elefante branco” nas dunas de Natal? Uma análise pós-desenvolvimentista dos discursos acerca da construção da Arena das Dunas. *Revista de Administracao Publica*, v. 50, n. 4, p. 659–687, jul. 2016.

LE MOS, W. G. D. S.; BELLO, E. Bem-viver e comum: alternativas do constitucionalismo econômico e ecológico latino-americano ao modelo capitalista de produtivismo extrativista. *Revista de Direito Economico e Socioambiental*, v. 10, n. 2, p. 158–184, maio 2019.

LOPES-PORTILLO ROMANO, José Ramon. *La gran transición. Retos e oportunidades del cambio tecnológico exponencial*. México: FCE, 2018.

MACÍAS, P. G. G. Sumak Kawsay: Una cosmovisión desde el sur con sentido de justicia bio-social. *Anuario Iberoamericano de Derecho Internacional Penal*, v. 5, p. 138–156, maio 2017.

MADRUGA, L. A. Os povos indígenas e o Estado brasileiro: reflexões sobre o conceito de desenvolvimento e as propostas do bem viver. *Diálogo*, n. 41, p. 25, ago. 2019.

MARCONI, M.; LAKATOS, E. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINE, George; ALVES, José Eustáquio Diniz. Economia, sociedade e meio ambiente no século 21: Tripé ou trilema da sustentabilidade?. *Revista Brasileira de Estudos de Populacao*, [s. l.], v. 32, n. 3, p. 433–459, 2015.

MARTINS, P. H. Bien Vivir, uma metáfora que libera a experiência sensível dos Direitos Coletivos na Saúde. *Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad*, v. 6, n. 16, p. 12–23, 2014.

MEBRATU, Desta. Sustainability and sustainable development: Historical and conceptual review. *Environmental Impact Assessment Review*, [s. l.], v. 18, n. 6, p. 493–520, 1998.

MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. 4ª edição. Brasil: Editora Sulina, 2011.

MORIN, Edgar; KERN, Anne-Brigitte. *Terra-Pátria*. Tradução: Paulo Azevedo Neves da Silva. — Porto Alegre: Sulina, 2003.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; TASSO, João Paulo Faria. Notas sobre a trajetória do decrescimento: origens, concepções e proposições. *Paper do NAEA*, [s. l.], v. 28, 2019.

NIRMAL, P.; ROCHELEAU, D. Decolonizing degrowth in the post-development convergence: Questions, experiences, and proposals from two Indigenous territories. *Environment and Planning E: Nature and Space*, v. 2, n. 3, p. 465–492, set. 2019.

O’NEILL, Daniel W et al. A good life for all within planetary boundaries. *Nature Sustainability*, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 88–95, 2018. Disponível em: .

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. 2024. Disponível em: .

PEÑA FORERO, Elcy Del Pilar. Una aproximación del Buen Vivir y el Turismo Rural como Alternativas de Desarrollo del Municipio de Cajamarca, Colombia. *Compendium*, [s. l.], v. 23, n. 44, p. 1–28, 2020.

PIAIA, E.; WEDIG, J. K. O bem-viver Kaingang como contraponto à colonialidade e ao desenvolvimento. *Polis (Santiago)*, v. 21, n. 62, abr. 2022.

POZZEBON, M.; FONTENELLE, I. A. Fostering the post-development debate: the Latin American concept of tecnologia social. *Third World Quarterly*, v. 39, n. 9, p. 1750–1769, set. 2018.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Relatório de desenvolvimento humano (RDH-PNUD)*. Relatório de Desenvolvimento Humano 1990. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1990>.

REDCLIFT, Michael. *Sustainable development (1987-2005): An oxymoron comes of age*. Sustainable

Development, [s. l.], v. 13, n. 4, p. 212–227, 2005.

ROCKSTRÖM, J., Gupta, J., Qin, D. et al. Safe and just Earth system boundaries. *Nature* 619, 102–111 (2023). <https://doi.org/10.1038/s41586-023-06083-8>

RODRIGUES, Osvaldino Marra. Vista do Pensamento, proposição e mundo: notas de um rascunho sobre o Tratado Lógico-Filosófico. *Revista Opinião Filosófica*, Jul/Dez. de 2010, n. 02, v.01, p. 151-160.

SANTOS, A. B. (2023). *A terra dá, a terra quer*. Brasília: UBU.

SANTOS, L. C. R. et al. Agroecologia: saberes e práticas locais como componentes do Bem Viver. *RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, v. 3, p. 1–22, 2017.

SEN, A. *Desenvolvimento como Liberdade*. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SODRÉ, M. T.; HESPANHOL, R. A. DE M. Limites do pós-desenvolvimento na crítica ao desenvolvimento. *Mercator*, v. 21, n. 1, p. 1–11, jun. 2022.

SOTO, D. P. El buen vivir como racionalidad económica alternativa-2019. *Analecta Política*, v. 9, n. 17, p. 277–298, 2019.

SPANGENBERG, Joachim H. Sustainability science: A review, an analysis and some empirical lessons. *Environmental Conservation*, [s. l.], v. 38, n. 3, p. 275–287, 2011.

STEFFEN, Will et al. Planetary boundaries: Guiding human development on a changing planet. *Science*, [s. l.], v. 347, n. 6223, p. 1259855, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1126/science.1259855>.

STEFFEN, Will et al. The trajectory of the anthropocene: The great acceleration. *Anthropocene Review*, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 81–98, 2015.

THEYS, Jacques; GUIMONT, Clémence. «Nous n ’ avons jamais été “ soutenables ”: pourquoi revisiter aujourd ’ hui la notion de durabilité forte ? ». [s. l.], v. 10, n. im, p. 0–25, 2019.

THOMAS, J.; HARDEN, A. Methods for the thematic synthesis of qualitative research in systematic reviews. *BMC Med. Res. Methodol*, v. 8, n. 1, p. 1–10, 2008. <https://doi.org/10.1186/1471-2288-8-45>.

TORRACO, Richard J. Writing Integrative Literature Reviews: Using the Past and Present to Explore the Future. *Human Resource Development Review*, [s. l.], v. 15, n. 4, p. 404–428, 2016.

TZEKOU, E. E.; GRITZAS, G. The interconnection between ecology and direct democracy in alternative food networks. *Partecipazione e Conflitto*, v. 16, n. 1, p. 138–159, 2023.

VALDIVIELSO, Joaquín; MORANTA, Joan. The social construction of the tourism degrowth discourse in the Balearic Islands. *Journal of Sustainable Tourism*, [s. l.], v. 27, n. 12, p. 1876–1892, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09669582.2019.1660670>.

VARGAS, Rodrigo Cuevas; ZUÑIGA, Christian Henríquez; ALCANTARA, Liliane Cristine Schlemer. Community-based tourism: The good living perspective as an alternative to development in Latin America and the Abya Yala. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, [s. l.], v. 54, p. 167–183, 2020.

VENTURIN, E.; DESIDÉRIO, S. S.; SOGLIO, F. K. D. Agroecologia e Bem viver: promovendo saúde coletiva. *Informe GEPEC*, v. 27, n. 1, p. 264–280, mar. 2023.

VICENCIO MURILLO, Yessica; BRINGAS RÁBAGO, Nora L. Conflictos entre la conservación y el turismo en áreas naturales protegidas: el buen vivir como aspiración para Bahía de los Ángeles. *Teoría y Praxis*, [s. l.], v. 9, n. Especial, Marzo 2014, p. 49–73, 2014.

WEHRDEN, H., C. LUEDERITZ, J. LEVENTON, AND S. RUSSEL. 2017. “Methodological challenges in sustainability science: A call for method plurality, procedural rigour, and longitudinal research.” *Challenges in Sustainability* 5(1): 35–42. Disponível em: .

ZIAI, A. Exploring Post-development: Theory and Practice, Problems and Perspectives. [s.l.] Routledge, 2007.

APENDICES

Proposição	Tema: categoria
<i>Agricultura familiar (inclusive com produção diversificada)</i>	Agricultura e alimentação: Agricultura sustentável
<i>Conhecimento e utilização de plantas alimentícias não convencionais (PANC) da biodiversidade local</i>	
<i>Institucionalizar a agricultura orgânica artesanal e de subsistência (incluído a proposta de mudança para agricultura 100% orgânica)</i>	
<i>Promover a agricultura em pequena escala (ex.: Jardinagem intensiva comunitária, doméstica e urbana; lojas e cooperativas de alimentos locais)</i>	
<i>Restauração de ecossistemas associada à produção de alimentos e de plantas medicinais</i>	Agricultura e alimentação: Agroecologia
<i>Agroecologia - incluídas as experiências de transição agroecológicas; bem como restaurar a agroecologia camponesa (ex.: Permacultura)</i>	
<i>Agroflorestas</i>	
<i>Geração de renda por meio de práticas regenerativas (agricultura orgânica e agroecológica etc.)</i>	
<i>Acabar com o desperdício de alimentos</i>	Agricultura e alimentação: Diets sustentáveis
<i>Coma comida local e sazonal</i>	
<i>Normalize a filosofia slow food (e movimento slow)</i>	
<i>Reduzir o consumo de carne e laticínios</i>	
<i>Reformar a educação agrícola e do consumidor (ex.: Visitas a fazendas; divulgação, literatura; cursos práticos)</i>	Agricultura e alimentação: Soberania alimentar
<i>Conservação ambiental dos recursos naturais e valorização da sociobiodiversidade a partir do resgate e do uso de sementes crioulas</i>	
<i>Desenvolver redes e cooperativas, mercados orgânicos e comércio justo, além de redes alimentares alternativas (ex.: biofeiras, cooperativas de consumo, mercados municipais, rotular e tributar milhas alimentares; autoabastecimento de alimentos; agricultura apoiada pela comunidade)</i>	
<i>Efetiva segurança alimentar, assim como segurança alimentar e nutricional com a diversificação dos plantios</i>	
<i>Eliminar gradualmente pesticidas químicos, fertilizantes e OGM</i>	Ciência e tecnologia - Ferramentas de convívio
<i>Promova o compartilhamento de sementes, bancos de sementes (ex.: festivais de partilha de sementes)</i>	
<i>Reconstruir a fertilidade do solo (ex.: Redes de instalações de armazenamento de estrume; bancos locais de matéria orgânica)</i>	
<i>Redistribuição de terras para camponeses e/ou sem-terra (Promover o regresso à terra)</i>	
<i>Soberania alimentar (ex.: por meio de políticas produtivas e comerciais com critérios agroecológicos e culturais; a produção orgânica)</i>	Ciência e tecnologia - Ferramentas de convívio
<i>Difusão do patrimônio tangível e intangível e criação de redes de pesquisa com foco nos patrimônios</i>	
<i>Incentivar a (re)apropriação tecnológica (incluído o Desenvolvimento de ferramentas gráficas interativas e processos de grupo para identificar caminhos concretos para desvincular e religar com base na conexão empírica e na dependência em múltiplas escalas. Criação de estudos de caso e demonstrações multiescalares em linguagem simples com ilustrações acessíveis e ferramentas de aprendizagem interativas, como jogos)</i>	
<i>Promova tecnologias de convívio (incluídos o Desenvolvimento de métodos replicáveis/adaptáveis para documentar/diagramar/ilustrar as ligações de diferentes grupos de pessoas em redes de mercadorias e/ou redes de consumo daqueles interessados em desligar-se das economias em crescimento)</i>	

Tecnologia social (ex.: entendida como um processo de construção social e político capaz de produzir resultados emancipadores desde o ponto de vista local)

Ciência liderada por ativistas

Moratória e reorientação da inovação tecnocientífica

Reavaliar o papel da tecnologia

Reduzir ao mínimo os monopólios de patentes

Acesso à educação, livre fluxo de informação

Bens relacionais

Busca pelo autoconhecimento, pela mudança de valores, pela sensibilização e pela ampliação dos níveis de consciência

Consciência de classe ecológica

Culturas de suficiência e vida simples (ex.: Simplicidade Voluntária; concepção anti-acumulação do minimalismo; teoria do ritual de interação, e a necessidade de constituição de uma sociedade fundada sobre bases mais materialmente despojadas)

Dissolução de binarismos

Educação e saúde gratuitos para todos

Estimula um repensar sobre o caráter artificial de muitos dos pilares da sociedade contemporânea

Priorizar o valor de uso ao invés do valor de troca, transformação para uma economia baseada na reciprocidade, na solidariedade, na sustentabilidade, na suficiência, na inclusão social e na relacionalidade

Promoção da participação em processos de cooperação com foco nas indústrias culturais da América Latina

Revisão epistêmica crítica dos pressupostos capitalistas, coloniais e modernos.

Ecocentrismo, biocentrismo

Equilíbrio/harmonia/reciprocidade/reintegração entre as sociedades, o ser humano e a natureza

Reconectar com a Terra

Respeito mútuo entre humanos e extra-humanos, com relações igualitárias, respeitáveis e equilibradas, compreensão da profunda integração entre todos os elementos do cosmos

Entender o corpo como território, fim da separação humanos-natureza

Nova formulação sociopolítica e cultural: que assente no diálogo entre as perspectivas e contributos da pré-modernidade, modernidade e pós-modernidade

Resgate o sentido solidário e comunitário entre as pessoas

Restaurar / revalorizar os conhecimentos indígenas e locais (povos tradicionais incluídos), resgate saberes tradicionais ou ancestrais

Revalorização das identidades culturais, autonomia para as populações locais, interação e integração entre movimentos populares, e a incorporação econômica e social das populações.

Valorização dos modos de vida e identidades tradicionais, incluída a retomada de modos de vida comunitários tradicionais, modos de vida alternativos ao ocidental

A ligação da espiritualidade com todos os aspectos da vida

Convivencialidade, que está ligada às dimensões do cuidado, do pertencimento, da criatividade, da liberdade, da autonomia, da espiritualidade, da reciprocidade e da complementaridade

Ciência e tecnologia -
Soberania tecnológica

Cultura e Educação

Cultura e Educação -
biocentrismo,
ecocentrismo

Cultura e Educação -
Conhecimentos
tradicionais/ancestrais

Cultura e Educação -
Espiritualidades e Afetos

Espírito comemorativo, estilo de vida (auto)suficiente, rico em tempo e menos individualista

Espiritualidades e ética, com laicidade dos Estados, de forma a garantir a coexistência harmoniosa entre religiões e práticas espirituais

Praticar reciprocidade

Recuperar o amor

Ser grato, agradecidos

Democratização das expressões culturais diversas, estímulo do uso dos bens e serviços culturais

Cultura e Educação -
Interculturalidade e
diversidade

Interculturalidade

Reconhecimento da diversidade, identidades diversas; Reconhecer o poder das culturas híbridas ou minoritárias, reivindicando tanto a diversidade cultural, quanto a diversidade de formas de produzir, de entender a produção e de gerar conhecimento

Aprenda a falar vários idiomas

Autonomia dos processos de cada território, autossuficiência e a autogestão das pessoas que vivem em comunidade

Cultura e Educação:
Autonomia individual

Descolonização e Descolonizar o imaginário social

Estabelecer mecanismos estruturais e institucionais que conduzam ao progresso socioeconômico local através da autodeterminação, governança e autonomia

Foco nas interdependências sistêmicas e nos elementos de poder e dominação

Oponha-se ao imperialismo de língua inglesa

Repolitização dos problemas das comunidades e a promoção de respostas auto-determinadas

Valorização do humano frente ao capital

Oponha-se ao determinismo econômico e ao etnocentrismo

Possibilidade de criação de modernidades plurais, que sejam obras da episteme e da realidade locais, de maneira que tais alternativas ofereçam melhores formas de proteger (e dignificar) a vida no planeta

Cultura e Educação:
Educação crítica

Promover a educação emancipatória (incluindo a educação integral, inclusiva e intercultural e a educação contextual)

Construa sistemas fora da rede (energética)

Garantir sistemas renováveis, descentralizados, de convivência e de propriedade da comunidade - transição para energia renovável

Energia: Democracia
energética

Oponha-se aos sistemas renováveis em grande escala

Soberania energética: uma transição rápida para fontes renováveis

Eliminar gradualmente a energia nuclear atual

Remover subsídios à energia nuclear

Energia: Pare a energia
nuclear

Abolir os subsídios aos combustíveis fósseis

Diminuição do limite global anual e do programa baseado em ações com base na responsabilidade histórica

Energia: Pare com os
combustíveis fósseis

Eliminar gradualmente os combustíveis fósseis existentes, incluindo políticas para redução das emissões de CO2

Nacionalizar para eliminar gradualmente as empresas fósseis

Reduzir a demanda e o uso de energia (ex.: Imposto sobre o consumo de energia industrial, Compartilhe TPES de forma equitativa)

Energia: Suficiência
energética

<i>Apoie moedas, crédito e sistemas de câmbio não especulativos (ex.: Banco de tempo; Cooperativas de crédito, Bancos cooperativos; Moedas fundidas ou baseadas no tempo; moedas alternativas ou moedas sociais; Sistemas de troca não mercantis locais ou regionais; Sistemas locais de crédito mútuo; Criptomoeda de prova de cooperação), além de financiamento solidário, Fundos de financiamento público, democracia econômica</i>	Finanças éticas e não especulativas e democracia financeira
<i>Democratizar e descentralizar o dinheiro (ex.: Nacionalizar os bancos para fins sociais e ecológicos; descentralizar instituições bancárias e financeiras, Incentivar a desobediência fiscal; Realizar auditorias regulares da dívida; Imposto progressivo sobre lucros e acumulação de capital de todas as fontes, Dinheiro público livre de dívidas; desmonetização/desmercantilização</i>	
<i>Investimento socialmente responsável e ecologicamente sensível (ex.: Financiar uma renda básica (desmercantilizada); Projetos de restauração ecológica; Serviços de cuidados)</i>	
<i>Justiça tributária para justiça socioecológica</i>	
<i>Regulação de mercados, de forma a evitar a concentração de poder de mercado nas mãos de poucos stakeholders</i>	
<i>Restrições severas aos investimentos estrangeiros</i>	
<i>Soberania financeira</i>	
<i>Desmantelar hierarquias (ex.: Greve geral de consumo; aquisições de veículos metabólicos por trabalhadores - portos, aeroportos, rodovias etc.)</i>	Governança e Geopolítica diversas
<i>Propriedade democrática local de serviços e recursos públicos (ex.: propriedade comunitária)</i>	
<i>Reformar organizações internacionais</i>	
<i>Regular o lobby</i>	
<i>Abolir o investimento em infraestrutura militar</i>	Governança e Geopolítica - Acabar com o complexo militar-industrial
<i>Menos atividade militar</i>	
<i>Defender e recuperar os bens comuns (ex.: Local - Lojas de brindes; loja com aluguel grátis; loja de presentes; hortas comunitárias; agricultura apoiada pela comunidade (CSA); bibliotecas de ferramentas; oficinas abertas; grupos de autoajuda de cidadãos; clubes de troca; mercados de agricultores; cooperativas; fundos comunitários de terras; abelhas voluntárias que trabalham na comunidade; cozinhas de bicicleta)</i>	Governança e Geopolítica - Bens comuns
<i>Fortalecimento e abertura de espaços públicos permanentes para intercâmbio entre populações, direito ao disfrute da cidade e seus espaços</i>	
<i>Modo de vida coletivo que valoriza integralmente a vida; valorização da vida em comunidade ou re-comunização da sociedade</i>	
<i>Alinhamento Transnacional, ir além das limitações de fronteiras nacionais</i>	Governança e Geopolítica - Plurinacionalidade
<i>Convivência na multipolaridade</i>	
<i>Plurinacionalidade (ex.: Estado Plurinacional nacional desafiando a identidade nacional homogênea, com diversidade étnica na descentralização do poder local; plurinacionalidade meio de políticas de descolonização (cotas, medidas reparatórias, tratamentos preferenciais), de autodeterminação (reconhecimento constitucional das nações e incorporação de seus direitos próprios no acervo legislativo do Estado) e de interculturalidade (medidas de: coexistência, convergência, complementaridade e unidade);</i>	
<i>Fornecer uma plataforma na qual os movimentos sociais do Norte e do Sul global possam convergir (incluindo conservacionistas, sindicatos, movimentos de pequenos agricultores e os movimentos do Sul que defendem uma economia de baixo impacto ambiental)</i>	Governança e Geopolítica - Repolitização e fortalecimento dos movimentos sociais

Mobilização política transformadora para o bem da coletividade

Novo imaginário sociopolítico, construído a partir das comunidades locais e consubstanciado em conhecimentos e práticas alternativas aos modelos exportados do Ocidente.

Descentralizar a tomada de decisões (ex.: fóruns deliberativos regulares; democracia econômica; orçamento participativo; grupos de trabalho voluntários, direta confederal multinível; democracia direta local; democracia participativa; auto-organização em pequena escala com redes de coletivos; referendos iniciados por cidadãos; Pluridemocracias participativas e pacíficas; incluídos os movimentos sociais) - processos participativos

Governança e Geopolítica:
Democracia ecológica

Aumentar a habitação social (ex.: Nacionalização de imóveis devolutos; Expropriar grandes proprietários de terras; Políticas de redensificação)

Habitação, Transportes e
Planejamento Regional -
Justiça terrestre

Restringir a mercantilização da propriedade (ex.: Imposto predial progressivo; Cota máxima de área útil per capita; Incentivar contra habitações vazias (por exemplo, impostos); Limites e controles de aluguel; Revitalização e/ou utilização (temporária) de edifícios baldios, como permacultura em terrenos baldios)

Limitar a infraestrutura de transporte de alta velocidade

Habitação, Transportes e
Planejamento Regional -
Mobilidade

Promover a transferência modal para o transporte ativo (ex.: caminhar, andar de bicicleta; Construção proativa de infraestrutura cicloviária; Bairros caminháveis; Transporte de carga em bicicleta – ex: entrega nos correios, Cargonomia)

Promover a transferência modal para o transporte público (por exemplo, ônibus, trólebus, metrô, trem)

Reduzir a mobilidade fóssil e motorizada (ex.: Limitar os automóveis a nível da cidade e dentro dos agregados familiares; Introduzir impostos ambientais; Reduzir a disponibilidade de vagas de estacionamento; Fechar estradas aos carros nos centros das cidades; Parar a expansão de autoestradas e estradas; Enfatizar a acessibilidade em detrimento da mobilidade veicular; Reduzir o volume de tráfego, o consumo e a utilização de automóveis e aviões; Subsidiar ou reduzir impostos para incentivar os cidadãos a viverem perto dos locais de trabalho; Propriedade restrita de automóveis - taxas de congestionamento, dias limitados de condução para automóveis; Substituição de deslocamentos curtos de carro <5 km por caminhadas e ciclismo; Incentivar bicicletas elétricas; Impor pesados aumentos de impostos sobre o transporte privado; inclusive pesados impostos sobre a importação de automóveis)

Aumentar os padrões socioecológicos para novos edifícios

Habitação, Transportes e
Planejamento Regional -
Planejamento socialmente
útil e ecologicamente
sensível

Incentive cidades pequenas (incluídos os habitats ideais, habitats otimizados por meio do limite do tamanho das cidades, favorecendo a concentração de populações dispersas nas cidades pequenas e intermediárias)

Projetar e implementar cidades decrescentistas

Reduzir o nível do ambiente urbano construído, reduzindo escalas de estruturas físicas (ex.: Limitar a expansão urbana e a gentrificação; Limitar o uso da terra para assentamentos humanos a nível nacional e internacional; Controlar o desenvolvimento de casas de férias; Limitar a área útil do agregado familiar (per capita em m2); Proibir a construção de moradias unifamiliares isoladas; Proibir empreendimentos em terras agrícolas; além de reduzir, limitar ou proibir megainfraestruturas e megaestruturas

Retrofit (modernização) de edifícios existentes (ex.: Bares com design passivo; Aplicar incentivos e benefícios para uma reabilitação urbana consciente)

Instalações comuns e compartilhadas (ex.: carros compartilhados, espaços comunitários, ferramentas, hortas, cozinha, cozinha, lazer, fornecimento gratuito ou a baixo custo de equipamento de cozinha seguro e de baixo consumo energético, instalações de partilha na vizinhança; Mudança de propriedade para usuário)

Habitação, Transportes e Planejamento Regional - Suficiência habitacional

Priorize comunidades pequenas e altamente autossuficientes

Promova habitação compartilhada (ex.: Ecovilas; Cohousing e cooperativas habitacionais; Ecocomunas; Aldeias urbanas; Habitação multigeracional; pequena habitação)

Propriedade coletiva da terra e de edificações

Bioconstrução

Habitação, Transportes e Planejamento Regional: Planejamento socialmente útil e ecologicamente sensível

Abandone o PIB e adote uma série de indicadores sócio-ecológicos (ex.: felicidade nacional bruta)

Indicadores alternativos de progresso social

Abandonar o concreto como principal material de construção, explorando materiais de construção alternativos específicos para cada localização e clima

Natureza: Reduzir as pressões ambientais, inclusive mineração

Diminuição dos limites máximos para a utilização de recursos, emissões e poluição (ex.: limitar a entrada de matérias-primas na produção; restringir o consumo final de energia e recursos; cotas energéticas pessoais)

Extração sustentável, limitando a extração de recursos naturais renováveis e não renováveis, condicionando-os à capacidade de reprodução dos recursos (ex.: limites à mineração)

Moratórias sobre extração de recursos e grandes infraestruturas

Oponha-se a tecnologias especulativas de emissões negativas

Opor-se à anexação de recursos por empresas e governos

Proibição da atividade minerária nos territórios indígenas

Reduzir a produção e uso de produtos químicos

Reduzir as atividades de pesca industrial

Reforma tributária ecológica

Solução da crise hídrica dos territórios indígenas

Empoderamento de baixo para cima das mulheres para controlarem os seus direitos reprodutivos

Natureza: Demografia estável

Legislar os Direitos da natureza, ou Pachamama (inclusive na constituição do país)

Natureza: Direitos da Natureza

Justiça ambiental decolonial

Natureza: Justiça ambiental decolonial
Natureza: Restaurar e preservar a biodiversidade

Crie santuários de recursos (ex: Reservas ecológicas e jardins botânicos; projetos de reflorestamento, memoriais para a preservação de conhecimentos) e conservação da Natureza

Cuidado com os ecossistemas para parar a degradação e iniciar regeneração

Metade do país com áreas protegidas; 60% da cobertura florestal;

Economia circular

Produção e consumo - Economias alternativas/Solidária

Fomento de economias alternativas, incluída a economia solidária e outras como: social, de autoconsumo, familiar, comunitária, popular, colaborativa, da reciprocidade, do cuidado, bioeconomia, além das redes de intercâmbio social/local, bancos de alimentos etc.

Objetivos econômicos devem ser subordinados ao funcionamento dos sistemas naturais sem perder de vista o respeito à dignidade humana, assegurando a qualidade para as pessoas... construir um sistema econômico solidário, sustentado sobre bases comunitárias e orientadas pela reciprocidade, e subordinado aos limites impostos pela Natureza

Promover a comercialização justa, comércio justo

Uso multifuncional do território, ex.: produção agrícola, turismo de base comunitária, projetos educativos, culturais e de saúde, voluntariado, entre outras atividades produtivas alternativas.

Anti-utilitarismo

Consciência acerca de um consumo sustentável e responsável

Economia sustentável, por meio de transição para sistemas de produção, consumo e trabalho que gerem menos consumo de recursos naturais, menos produção de resíduos e maior disponibilidade de tempo gratuitamente

Mudança para modo de produção que tenha as questões ecológicas como pilar, para uma utilização da natureza de forma equilibrada – harmonia seres humanos-natureza

Promover o consumo compartilhado e suficiente

Formas de produção obedecem às necessidades vitais da sociedade

Que se supere a defesa do crescimento econômico infinito, de progresso como algo linear, assim como a visão utilitarista sobre a natureza como sinônimos ou meios para o desenvolvimento

Recrutar ou regenerar redes locais interdependentes (de conhecimentos, práticas e solidariedade) que operem em termos diferentes, com um ethos de suficiência. Ao mesmo tempo em que diminuir as redes globais coloniais e dependentes

Redução de consumo de unidades per capita de produtos à base de areia

Redução/superação do produtivismo e do consumismo, inclusive questionando os padrões de consumo (Norte global) e do extrativismo (Sul)

Reduza o consumo conspícuo

Sistemas de trocas

Proibir publicidade (ex.: Painéis publicitários; Publicidade de brinquedos infantis ou combustíveis fósseis)

Publicidade fiscal (ex.: Tributar produtos não saudáveis e insustentáveis, como: junk food, combustíveis fósseis, automóveis, aviação etc.)

Regular a publicidade (ex.: Limitar em espaços públicos; Controle público de publicidade e mídia; Eliminar reduções fiscais para publicidade; Restringir os anúncios apenas às necessidades humanas fundamentais e à auto-realização; Hipotecas e casas grandes); sem publicidade externa

Autoprodução (ex.: Incentivar a produção do tipo “faça você mesmo”, artesanal; Promover makerspaces, fablabs, hackerlabs, estúdios de criatividade, fabricação de bancada; Ampliar o apoio financeiro público, subsídios, isenções fiscais e subvenções para promover a ajuda mútua)

Cooperativas sem fins lucrativos (ex.: Institucionalizar as organizações sem fins lucrativos como padrão; Incentivos fiscais para cooperativas)

Empresa menor (Promover empresas de hobby, pequenas empresas privadas, empresas sociais baseadas na comunidade)

Produção entre pares baseada em Commons (Projetar produção global local; bens comuns digitais; produção colaborativa; licença Creative Commons (github))

Ativismo direto e sabotagem (ex.: programa de malware anticapitalismo)

Produção e Consumo -
Estilos de vida de
suficiência

Produção e Consumo -
Limitar publicidade

Produção e Consumo -
Modelos democráticos s
fins lucrativos

<i>Desmantelar grandes corporações (ex.: começar por reduzir a maioria dos sectores socioecologicamente destrutivos, como a produção de SUVs, armas, carne bovina, transporte privado, publicidade e obsolescência planeada)</i>	Produção e Consumo - Produção socialmente útil
<i>Diversificação da produção</i>	
<i>Sistemas de produção de propriedade dos trabalhadores</i>	
<i>Avaliações de impacto ambiental obrigatórias (Avaliações do ciclo de vida de todos os bens e serviços; Esquemas progressivos de preços unitários na gestão de resíduos)</i>	Produção e Consumo - Reduzir o desperdício
<i>Captação de água da chuva</i>	
<i>Contra o desperdício: a austeridade</i>	
<i>Garantir o direito de reparação (ex.: oficinas de reparação, bibliotecas de ferramentas, oficinas abertas, cozinhas de bicicletas)</i>	
<i>Proibir a obsolescência planeada</i>	
<i>Reciclagem obrigatória, inclusive a compostagem dos resíduos orgânicos</i>	
<i>Rotulagem obrigatória da pegada ecológica</i>	
<i>Tratamento ecológico de efluentes</i>	
<i>Relocalizar atividades económicas (produção local, incluídas as em pequena escala)</i>	Produção e Consumo - Relocalização
<i>Reterritorialização, centralidade do território</i>	
<i>Propõe transições para o “desenvolvimento à escala humana”</i>	Produção e consumo: Economias alternativas/Solidária
<i>Apresentam uma forma semelhante de abordar o cisma que existe entre a forma como vivemos atualmente sob o capitalismo e a sua visão de uma vida digna</i>	Produção e Consumo: Estilos de vida de suficiência
<i>Mapeamento das trajetórias e caminhos de crescimento e sua interseção com ecologias/culturas/territórios realmente existentes</i>	Produção e Consumo: Relocalização
<i>Melhores condições de vida, baseadas na solidariedade e na reciprocidade</i>	Qualidade de vida e saúde
<i>Melhoria da qualidade de vida das pessoas (alimentação, habitação, trabalho, etc.), em que se reconhece o processo histórico de cada povo; incluída a qualidade de vida entre sujeito e o meio ambiente</i>	integral - Condições de vida
<i>Oposição forte ao capitalismo e personificação da esperança de uma vida melhor</i>	
<i>Praticar o cuidado (pessoal, com o outro, e com a Terra)</i>	Qualidade de vida e saúde
<i>Promoção da saúde</i>	integral - Saúde
<i>Saúde integral (saúde física, mental, emocional, espiritual e social), inclusive por meio de tipos de medicina complementar ou tradicional como a medicina tradicional chinesa, acupuntura, Ayurveda, medicina indígena, Antroposofia, fitoterapia, quiropraxia, homeopatia etc.</i>	
<i>Criação de conselho de mulheres para o BV</i>	Redução da desigualdade
<i>Igualdade de gênero e soberania do corpo (ex.: plena igualdade de direitos para qualquer pessoa; salário estatal para donas de casa; regularização de trabalhadores domésticos; instituições de crédito públicas para mulheres; paridade de gênero em todas as organizações públicas e privadas; leis contra a violência simbólica contra as mulheres e LGBT nos meios de comunicação; legalização das trabalhadoras do sexo; tribunais especializados e delegacias policiais contra a violência de gênero)</i>	
<i>Redistribuir terras, trabalho, capital e recursos dentro e entre países (ex.: Imposto sobre a riqueza altamente progressivo; Limite máximo de riqueza etc.), inclusive a redistribuição de renda e riquezas</i>	
<i>Redução das desigualdades, por exemplo por meio de Redes transnacionais capazes de desafiar as estruturas que produzem (e mantêm) desigualdades sociais</i>	

<i>Garantir o abastecimento universal das necessidades humanas fundamentais (ex.: Rendimento básico universal, Renda básica universal, Prestação universal de serviços públicos básicos)</i>	Redução da desigualdade: Erradicar a pobreza
<i>Apoio a movimentos de resistência política e a defesa da justiça social</i>	Redução da desigualdade:
<i>Defender, respeitar e incluir perspectivas de movimentos populares locais e pluralistas para garantir a justiça distributiva</i>	Justiça
<i>Direitos coletivos e/ou renegociação de direitos e necessidades, incluídas, por exemplo: Movimento político, mobilizações populares, que valorizam os direitos do coletivo</i>	
<i>Implementação de políticas de discriminação positiva (ação afirmativa), incrementando as capacidades e oportunidades iniciais para as pessoas mais desfavorecidas e de limitação aos mais favorecidos</i>	
<i>Justiça econômica</i>	
<i>Justiça transformativa (ex.: Oponha-se a todas as formas de racismo-seja anti-racista; Medidas de justiça restaurativa; Desmantelar o colonialismo e as suas estruturas; Acesso a serviços jurídicos, etc), e ainda: Superação do racismo, do patriarcado e do machismo; eliminando preconceitos de raça e gênero, valorizando diferenças, inclusive a pluralidade de povos originários; Protagonismo das mulheres e dos povos tradicionais na condução da mudança e na ocupação de espaços de poder</i>	
<i>Compartilhamento de trabalho</i>	Trabalho - Baixo desemprego
<i>Garantia de emprego (com salário digno)</i>	
<i>Programas proativos de reciclagem e aquisição</i>	Trabalho - Empregos socioecológicos
<i>Direitos ao tempo parcial (Facilitação legal de programas de transição e/ou legislação de “semana curta”)</i>	Trabalho - Reconceitualizar o trabalho
<i>Realocar os ganhos de produtividade para trabalhar menos (e criar empregos)</i>	
<i>Reduzir o tempo de trabalho assalariado remunerado (redução jornada), e sua redistribuição</i>	
<i>Trabalho autodefinido</i>	
<i>Mutirões</i>	Trabalho: Redistribuir atividades (re)produtivas
<i>Redistribuir atividades (re)produtivas (ex.: Financiar as pensões de acordo com as contribuições de trabalho de cuidados não remuneradas; Incentivar os homens a partilhar equitativamente o trabalho de cuidados; Expandir o voluntariado comunitário)</i>	
<i>Limitar o comércio de longa distância (ex.: Cotas de exportação; Transição de frete rodoviário para trem elétrico; Estabelecer sistemas portuários cooperativos com limites de tráfego; Reduzir as exportações; Reduzir o comércio intra-industrial entre países semelhantes; Cadeias de abastecimento mais curtas)</i>	Troca
<i>Renegociar acordos comerciais e direitos de propriedade intelectual (ex.: Organização Mundial do Comércio, especialmente subsídios agrícolas; Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio - TRIPS da OMC) ou mesmo não aderir à OMC</i>	
<i>Limitar as viagens baseadas em combustíveis fósseis, especialmente com alto teor de carbono e distantes, assim como limites severos ao turismo de massa (e proibição do alpinismo);</i>	Turismo - Limitar o turismo
<i>Moratória sobre empreendimentos turísticos</i>	
<i>Promova o turismo lento</i>	
<i>Educação turística</i>	Turismo - Repensar o turismo
<i>Planejamento espacial detalhado</i>	
<i>Priorizar o direito de viver em detrimento do direito de viajar</i>	

Propriedade cooperativa local
Turismo alternativo
Turismo de Base Comunitária

Afiliação dos Autores

Marques, N.R. - Universidade Federal de Brasília, Brasília (DF), Brasil.

Nascimento, E.P. - Professor na Universidade Federal de Brasília, Brasília (DF), Brasil.

Contribuição dos Autores

Marques, N.R. - O autor contribuiu para a elaboração, realização e manipulação dos dados e redação

Nascimento, E.P. - O autor contribuiu para a elaboração, realização e manipulação dos dados e redação

Editores Responsáveis

Alexandra Maria Oliveira

Alexandre Queiroz Pereira